



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO PORTO

Ata da Sessão Ordinária de 25 de junho de 2019

(Continuação da Sessão Ordinária de 12 de junho de 2019)

(art.º 60.º do Regimento)

Aos vinte e cinco dias do mês de junho do ano de dois mil e dezanove, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Municipal, na Sala das Sessões, nos Paços do Concelho.

PRESENTES

Eleitos: Miguel Espregueira Mendes Pereira Leite; Maria da Graça Sousa Raimundo Azevedo Laranjeira Vaz; André Sérgio Navarro de Noronha; Tiago Barbosa Ribeiro; Pedro Miguel de Azeredo Duarte; Maria Paula Bonifácio Ribeiro de Faria; Carla Dulcinea Andrade Cerqueira de Borlido Barbosa, em substituição do Senhor Deputado Miguel de Miranda Cabral Dias Gomes; Maria José Rocha Espinheira; Bernardo Maria da Gama Lobo Ribeiro de Mesquita, em substituição do Senhor Deputado Tiago Serrano Correia de Lacerda; Rui Pedro de Araújo Sá; Susana Salbany Constante Pereira; Artur Jorge da Silva Braga, em substituição do Senhor Deputado Gustavo Rodrigues Pimenta; António Manuel Pereira Rodrigues Cunha, em substituição do Senhor Deputado Alberto Nuno Bragança Assunção Araújo Lima; Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso, em substituição da Senhora Deputada Maria Isabel do Amaral Antunes Vaz Ponce Leão; Nuno do Amaral Correia Ricardo Romão, em substituição do Senhor Deputado Pedro Luís da Rocha Baptista; Rodrigo Vieira de Oliveira; Raúl Mário Carvalho Camelo Almeida; Patrícia Monte Pinto Ribeiro Faro; Mariana Ferreira Ribeiro Macedo; Vasco Costa Brandão de Moura Ramos, em substituição da Senhora Deputada Maria Adelina Acciaiuoli Faria Barbosa Ducharne; Maria Helena Figueira Vieira Pimentel de Matos, em substituição do Senhor Deputado Paulo Jorge Lopes Teixeira; Pedro Braga de Carvalho; Artur Manuel Ferreira Ribeiro, em substituição do Senhor Deputado Belmi-



ro Guimarães Pinheiro de Magalhães; Pedro Miguel Cardoso Lourenço; Sofia Borges Proença Mexia Alves, em substituição do Senhor Deputado José António de Abreu Gonçalves Serôdio; Maria Cecília Pinto da Silva de Sampaio, em substituição do Senhor Deputado Rui Carlos Morais Lage; Luís Miguel Bonifácio Osório; Carla Maria Pereira Afonso Leitão; Cláudia Sofia da Costa Santos; Ana Maria Mourão Sotto-Mayor Lima, em substituição da Senhora Deputada Maria Luísa Machado Pereira Botelho de Magalhães; Bebiana Maria Ribeiro da Cunha; António David dos Santos Ribeiro; Alfredo dos Santos Fontinha; Francisco Artur Pires de Carvalho Carrapatoso; Gianpiero Freire de Zignoni, em substituição da Senhora Deputada Maria José Pinto de Mesquita de Vasconcelos e Sousa de Lacerda; Joana Isabel Teixeira Afonso Rodrigues; Marco Regis Lacomblez Leitão, em substituição do Senhor Deputado Serafim Ferreira Nunes; Eduardo Manuel Neves Oliveira Carqueja; Joel Francisco Pontes de Oliveira.

Os Presidentes das Juntas de Freguesia: Junta de Freguesia do Bonfim, Eduardo António Durães Rego, em substituição do Senhor Presidente, José Manuel da Fonseca Carvalho; Junta de Freguesia de Campanhã, Ernesto Fortunato Neves dos Santos; Junta de Freguesia de Paranhos, Alberto Amaro Guedes Machado; Junta de Freguesia de Ramalde, António Castanheira Fernandes Gouveia; União das Freguesias Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde, Álvaro Oliveira, em substituição do Senhor Presidente, Nuno Raposo Magalhães Ortigão de Oliveira; União das Freguesias de Cedofeita, Santo Ildefonso, Sé, Miragaia, S. Nicolau e Vitoria, António José Gonçalves Fonseca; União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, Luís Manuel Noura Grbulho, em substituição da Senhora Presidente, Carla Sofia da Silva Soares Maia.

Verificando-se a existência de quórum, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** declarou aberta a Sessão.

Na ausência do Segundo Secretário, **o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite** solicitou ao Grupo Municipal Rui Moreira: Por-



to, O Nosso Partido a indicação de um Membro para ocupação daquele lugar na Mesa.

O Senhor Deputado André Navarro de Noronha indicou a Senhora Deputada Carla Leitão para ocupar na Mesa o lugar de Segunda Secretária.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

3. Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º do Anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que: “Vamos falar sobre a síntese financeira de maio de 2019, esperando que os mapas tenham sido distribuídos. No âmbito da evolução da atividade financeira do Município destaca-se: a receita cobrada até maio de 2019, no valor de 76,3 milhões de euros que é inferior em cerca de 6,1 milhões de euros à cobrada em período homólogo de 2018, o que representa um decréscimo de 7,5%. As receitas correntes diminuem em cerca de 7,8 milhões de euros relativamente a 2018, em resultado da redução dos impostos diretos (-15,3 milhões de euros), dos rendimentos de propriedade (-151,6 mil euros) e das outras receitas correntes (-740,6 mil euros) o que se conjuga com o aumento dos impostos indiretos (3 milhões de euros), das taxas, multas e outras penalidades (5 milhões de euros), das transferências correntes (37,3 mil euros) e da venda de bens e serviços correntes (388,1 mil euros). Nos impostos diretos o decréscimo é, em grande medida, produto da diminuição da cobrança do IMI e do IMT em 15 milhões de euros e 1,6 milhões de euros, respetivamente, e do aumento da derrama em 1,3 milhões de euros. A diminuição tão significativa do IMI é justificada pelo alargamento do prazo de cobrança deste imposto que, como sabem, foi alargado até final de maio. No que respeita aos impostos indiretos o crescimento apura-se, fundamentalmente, pelo acréscimo das receitas provenientes de loteamentos e de obras.



Relativamente a taxas, multas e outras penalidades, é o crescimento da receita municipal da taxa turística, cuja cobrança em 2018 se iniciou apenas no mês de abril, a contribuir de forma significativa para o aumento. A diminuição nos rendimentos de propriedade é justificada pelo decréscimo da receita proveniente de dividendos conjugados com o acréscimo da receita proveniente das zonas de estacionamento de duração limitada. As receitas de capital registam uma variação positiva, pelo acréscimo nas rubricas de venda de bens e investimentos (2,6 milhões de euros) e nas transferências de capital (542,6 mil euros), bem como pelo decréscimo nos passivos financeiros. A execução do orçamento da despesa é de 26%, sendo que a despesa total aponta um acréscimo de cerca de 7,1 milhões de euros face a período homólogo de 2018. O acréscimo da despesa corrente é justificado pelo aumento das despesas com pessoal (1,7 milhões de euros), das aquisições de bens e serviços (211,7 mil euros), das transferências correntes (598,8 mil euros) e dos subsídios (194,2 mil euros) conjugado com a redução dos juros e outros encargos (-70,6 mil euros) e das outras despesas correntes (-291,6 mil euros). As despesas de capital crescem cerca de 4,8 milhões de euros por força da variação positiva na aquisição de bens de capital (5,9 milhões de euros) e da redução dos passivos financeiros (-1,1 milhões de euros). Em maio de 2019, o Município do Porto tem a receber de terceiros cerca de 17,4 milhões de euros e a pagar 3,9 milhões de euros, resultando assim um saldo positivo de 13,5 milhões de euros, que compara com um valor a receber de terceiros igualmente superior ao valor a pagar de 12,1 milhões de euros. O prazo médio de pagamento a fornecedores mantém-se nos 4 dias. A dívida bancária de médio e longo prazo, ascende a 23 milhões de euros, registando uma redução de 9,1 milhões de euros (-28,5%) face a idêntico período de 2018. No âmbito das empresas municipais, desta vez já temos dívida, porque se regista a dívida bancária da Porto Vivo, SRU, agora empresa municipal, no montante de 10,8 milhões de euros.

Concluindo: os dados até maio do presente ano indiciam uma execução orçamental em linha com o orçamento, a tendência decrescente da dívida bancária e a manutenção de um reduzido prazo médio de pagamento a fornecedores”.



O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) interveio, dizendo que: “Gostaria, nesta intervenção, de abordar algumas questões sobre a atividade municipal e de colocar algumas questões.

Todos conhecemos a situação de Paula, uma cidadã do Porto, que residia com os seus filhos menores no Bairro do Lagarteiro e que cumpriu uma pena de prisão durante vários anos. Esta cidadã, que por diversas razões que já aqui tivemos oportunidade de abordar, foi despejada da sua habitação municipal pouco antes de ser libertada, o que a colocou numa situação socialmente dramática, até porque é conhecido o sucesso do processo de reabilitação da Paula, processo que importa consolidar e no qual uma habitação condigna assume um papel fundamental. Em resposta a esta situação, a Câmara Municipal do Porto aprovou, no dia 19 de fevereiro, a criação do programa *Apoiar para Reinserir* que resumidamente se traduz numa parceria do Município com a Santa Casa da Misericórdia e a Direção-Geral de Reinserção Social, com vista à disponibilização pelo Município de 5 habitações de transição para alojamento de cidadãos na mesma situação de Paula, que, a título excecional, poderão requerer uma nova habitação municipal. Acontece que já passaram mais de quatro meses sobre esta aprovação, Paula saiu em liberdade definitiva no dia 7 de maio, está a trabalhar numa IPSS, mas continua sem casa, vivendo por caridade numa parte de casa com os seus filhos, situação que, além de ser indigna, em nada ajuda ao seu processo de reinserção social.

Coloco, assim, a questão de saber qual o ponto da situação da implementação deste programa, com a certeza de que quatro meses é tempo demasiado para quem vive nestas condições, e que depois de o Estado ter conseguido cumprir o seu objetivo de reabilitar socialmente quem cumpre pena de prisão (e sabemos todos que, infelizmente, a taxa de sucesso não é a desejável) não é admissível que assistamos por burocracia e/ou incúria ao falhanço da criação de condições que possibilitem a assunção plena dessa reinserção.

Uma outra questão, Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, o Decreto-Lei n.º 379/98, de 27 de novembro, consagra no seu art.º 1.º que a Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, SA, mantém o direito ao exclusivo da exploração de qualquer tipo de transporte público coletivo na área da cidade do Porto, de que era titular os Serviços de Transportes Coletivos do



Porto, e que fora da cidade do Porto a STCP, SA mantém o direito à exploração, por qualquer modo de transporte, de todas as carreiras inicialmente exploradas pelos antigos STCP, em modo de troleicarro ou carro elétrico, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 40744, de 27 de agosto de 1956, à data da transformação em Sociedade Anónima. Significa isto que, no plano legal, nas zonas da rede andante da cidade do Porto, P1, P2 e P6, só a STCP pode fazer serviço de recolha e largada de passageiros. Os operadores privados podem fazer serviço de recolha de passageiros caso se desloquem para fora da cidade do Porto ou fazer largada de passageiros apenas se estes entraram num concelho exterior o Porto, no entanto, a verdade tem sido diferente do estipulado legalmente. Os operadores privados, violando a lei, fazem serviço em zona exclusiva da STCP e alteram os seus horários e percursos de forma deliberada para se sobrepor aos serviços da STCP. Há um contexto de concorrência desleal com os privados a canibalizarem o serviço da STCP em percursos e horários de maior procura, deixando a descoberto zonas e períodos do dia menos lucrativos. Esta ilegalidade não é recente e tem sido alvo de protesto, denúncia e ação por parte dos trabalhadores e, em particular, da Comissão de Trabalhadores da empresa.

Atualmente, através da validação dos títulos de transporte, é possível saber o número de validações feitas em cada operador nas zonas exclusivas da STCP, e os dados destas validações relativamente ao ano 2018 confirmam números elevadíssimos dos operadores privados dentro da cidade do Porto.

Da leitura de dados da Área Metropolitana do Porto relativos a 2018, antes da entrada em vigor do passe único, que aumentou bastante o número de utentes, facilmente se conclui que, nesse ano, mais de meio milhão de euros foram entregues aos privados, os quais poderiam e deveriam ser da STCP. Este problema já está sinalizado sem que, até ao momento, tenha sido feito algo para o ultrapassar. É, portanto, justo, que se questione e peça responsabilidades sobre as centenas de milhares de euros canalizadas para os privados por serviços que ilegalmente realizaram.

Qual o papel do Conselho de Administração da STCP, das seis Autarquias, que têm responsabilidade na STCP, e do Governo, sobre este assunto?



O Senhor Presidente da Câmara reclama a municipalização integral da empresa, mas sobre este assunto ainda não o ouvi falar. O que é que pensa sobre isto, e o que tem feito, considerando o peso da Autarquia, hoje, na gestão da empresa? Está de acordo com a posição defendida pelo PCP de que deve ser suspenso o envio de receitas para os operadores privados relativas a serviços que realizam à margem da lei?

Uma terceira questão. É hoje evidente, como a CDU sempre referiu, que a demolição do Bairro do Aleixo faz com que os problemas do tráfico de droga, que existiam neste bairro, fossem transferidos para outros bairros.

Caiu por terra a ideia de que o Aleixo tivesse vindo abaixo por causa da droga, como parece também evidente que o negócio está distribuído pelas zonas oriental, com epicentro no Bairro do Cerco; central, designadamente na Sé; e ocidental, pelo que o tráfico, que se fazia no Aleixo, passou para os bairros próximos da freguesia de Lordelo do Ouro, onde existe a maior concentração de bairros municipais da cidade – Pinheiro Torres, Lordelo, Pasteleira Velha, Pasteleira Nova e Mouteira.

Esta situação, que era previsível, coloca novamente em cima da mesa uma proposta, que a CDU tem vindo a fazer há décadas, sobre a necessidade de implementação de um verdadeiro programa de intervenção social nos bairros municipais, com o objetivo envolver as populações, grande parte das quais muito desfavorecidas, económica e socialmente estigmatizadas, com a participação das suas associações e coletividades e com a constituição de equipas pluridisciplinares municipais, desde assistentes sociais a animadores desportivos e culturais, política essa que tem de ser acompanhada de tratamento e requalificação dos espaços envolventes dos bairros, bem como de construção ou recuperação dos equipamentos coletivos – ringues, parques infantis e/ou outros – em conjunto com o necessário reforço de policiamento de proximidade.

Temos no Porto exemplos de sucesso no envolvimento da população na vida dos bairros, como, por exemplo, o processo de atribuição de habitações no Bairro de Santa Luzia no início da década de 90; o processo de alienação das habitações aos moradores, como aconteceu, no início deste século, com o Bairro Central de Francos e temos o exemplo, da primeira metade da década de 80, da criação de um Pelouro dos Equipamentos Culturais e Desportivos



dos Bairros Municipais, que permitiu transformar, para melhor, a vivência nestes espaços. E temos erros crassos, que se traduziram, por exemplo, na política implementada pelo Dr. Paulo Morais de retirada de todos os assistentes sociais municipais dos bairros, com o argumento de que o Pelouro da Habitação tratava apenas do edificado; ou a venda isolada de habitações em diversos bairros, como aconteceu, por exemplo, com o Bairro do Bom Sucesso.

Não podemos, assim, deixar que se repita nos referidos Bairros de Lordelo aquilo que a Câmara deixou que acontecesse no Aleixo, sendo certo que quem mais sofreu as consequências deste desleixo e inação municipal foi a esmagadora maioria dos moradores que nada tem que ver com o tráfico de droga e que perderam o direito à habitação e ao lugar.

Está chegada a altura de preparar o orçamento municipal para 2020. Pela parte da CDU consideramos fundamental que esse documento consagre esse plano de intervenção, sendo que atualmente nem as questões de condicionamento orçamental se colocam.

Ficaremos assim atentos a esta inscrição e, como sempre, disponíveis para colaborar na sua construção.

Quarta questão: temos assistido a sucessivas apresentações de propostas de projetos de construção de fogos de renda acessível por parte da Câmara, num modelo, a que já nos habituou, de muita pompa na apresentação de ideias que surgem travestidas de projetos, mas que têm prazo de conclusão previstos para lá deste mandato autárquico.

Gostaria de referir que a legislação publicada pelo Governo em matéria de renda acessível, designadamente num tempo em que se procura fechar a Lei de Bases da Habitação, nos parece incorreto, mas a incorreção transforma-se num erro inadmissível quando o Governo considera rendas acessíveis valores que, no Porto, podem chegar aos 525 euros por um T0, 775 euros por um T1 ou mil euros por um T2. Estes valores não são acessíveis para a maioria dos portuenses, e muito menos para aqueles a quem estas habitações se destinariam, a chamada classe média, e pior do que isso, estes valores servem para inflacionar ainda mais os valores do arrendamento, dado que qualquer senhorio, sabendo o valor de referência que o Governo apresenta para o que considera como renda acessível, facilmente lhe acresce um valor.



Na última sessão da Assembleia Municipal o Senhor Presidente referiu que as três ideias de aglomerados de habitação a rendas acessíveis correspondiam a três modelos distintos, privado, semiprivado e público. Pela nossa parte, gostaríamos que a Assembleia Municipal fosse parte da discussão destes modelos, que, na nossa opinião, não se devem circunscrever às propostas embrionariamente apresentadas, até porque há outros modelos que devem ser tidos em consideração, sendo que, no Porto, hoje, muitas famílias da classe média vivem em habitações construídas pelo movimento cooperativo que, por exemplo, conseguiu que na década de 80 fosse Aldoar a única freguesia a ganhar população no Porto.

Lançamos assim o desafio às diversas forças políticas para que possamos discutir as políticas de habitação para as chamadas classes médias do Porto, mas, desde já, manifestámos também que não concordamos que, a coberto da construção de habitações de renda acessível se coloque em cima da mesa, como o Senhor Vereador do Urbanismo tem feito, qualquer necessidade de aumentar os índices de capacidade construtiva do Porto. O argumento de que quanto maior for a capacidade construtiva, mais baratos ficarão os custos da construção, e consequentemente a venda, podem parecer lógicos e simpáticos, mas esquecem o sistema económico em que vivemos e, na verdade, já tivemos no Porto índices de construção mais elevados e os preços não baixaram e infelizmente também não foi invertida a sangria populacional.

Ao mesmo tempo que isto acontece, constatamos que a Câmara do Porto, relativamente à proliferação de alojamento local e aos inúmeros casos de expulsão, muitas vezes de forma violenta, de moradores das suas casas, particularmente no Centro, nada faz, limitando-se a assistir, no mínimo, com benevolência a esta situação.

Passado quase um ano da publicação de legislação, que deu aos Municípios a capacidade de intervir em matéria de regulação do alojamento local, a Câmara encomendou um estudo, que demorou mais de meio ano, para nos mostrar o que já sabíamos. Conhecido isto tudo, pensava-se que já teria uma proposta, mesmo que com cenários, para regular esta situação, mas não, limitou-se a dar início aos procedimentos tendentes à elaboração de um regulamento, mais uma medida que, na verdade, procura adiar intervenções, esperando-se que



quando estiver pronto já não seja necessário, porque a galinha dos ovos de ouro secou.

Seria mais correto, porque verdadeiro, que o Senhor Presidente da Câmara assumisse que, de facto, é a favor da proliferação do alojamento local, que não se importa que os turistas substituam os moradores, que o mercado é soberano e que as suas regras o autorregulam. Pouparíamos dinheiro ao Município e saberíamos com o que contar.

Seguir a velha máxima de fazer alguma coisa para que tudo fique na mesma é que não nos parece admissível”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira deu conta de que:

“Senhor Deputado Rui Sá, eu ouvi com atenção as suas palavras e compreendo também o seu empenho, reconheço a sua coerência e também compreendo que a aproximação das eleições legislativas, às quais a CDU concorre e o meu Movimento não concorre, naturalmente que trazem alguns assuntos à liça de uma forma mais quente, mas tentemos fazer as coisas de uma forma um pouco mais pensada.

Relativamente ao caso Paula eu queria dizer o seguinte: sabe o Senhor Deputado que o sucesso da reabilitação é conhecido. Eu não conheço, nem tenho que conhecer. Sei também que a pessoa em causa pediu, através da via judicial, a anulação do despejo, eu não me substituo aos tribunais. Quanto ao resto, o protocolo está a ser tratado com a Misericórdia, está a ser tratado com a Direção Geral da Reinserção, e não é por haver um caso que nós vamos comer etapas. As coisas demoram o tempo que demoram, a Direção-Geral demora o seu tempo, e nós pretendemos avançar com esse projeto.

Quanto ao resto, não me irei pronunciar, a não ser quando voltar a falar no assunto que falou acerca do problema nos bairros, mas já lá vamos.

Antes perguntou-me o que é que nós temos vindo a fazer relativamente ao problema do exclusivo da STCP na cidade, que disse que viu ser violada sucessivamente por operadores privados. Aquilo que nós fizemos foi, em primeiro lugar, levantamos este assunto sucessivamente na UTS – Unidade Técnica de Serviço, à qual nós presidimos, tivemos reuniões, quer com o Conselho de Administração da STCP, quer com a Comissão de Trabalhadores, quer com os



Sindicatos e depois pedimos ao TIP – Transportes Intermodais do Porto, A.C.E. uma relação, que nunca nos tinha sido dada, para que assinalássemos e fossem assinaladas as verbas que, de facto, estão a ser cobradas pelos operadores privados. Depois disponibilizamos isso a quem nos pediu, nomeadamente à Senhora Vereadora da CDU, e levamos esse assunto ao Conselho de Administração da STCP, que não tinha acesso a isso. Isso foi levantado na última reunião UTS, informamos também os trabalhadores e informamos os nossos colegas Autarcas e aquilo que nós dissemos foi que, a nosso ver, esta situação é verdadeiramente insustentável. Demos também conhecimento ao Estado, tive o cuidado de dizer ao Senhor Ministro que a transferência da STCP para os Municípios deve ser precedida por uma tomada de posição absolutamente rigorosa nesta matéria, até porque a Autoridade Metropolitana de Transportes, como sabe, depende da Área Metropolitana, ainda que nós tenhamos suspenso a sua eficácia.

A verdade é que os outros Municípios não estão muito virados para aí, por razões que eu não irei catalogar, e o Senhor Deputado sabe porquê, mas, em defesa do Senhor Presidente do Conselho de Administração da STCP, vou ler, se me permitem, uma carta que o Senhor Presidente da STCP escreveu, no dia 18 de junho, ao Senhor Primeiro Secretário da Comissão Executiva Metropolitana, com cópia ao Gabinete do Secretário de Estado Adjunto da Mobilidade, ao Gabinete do Senhor Secretário de Estado do Tesouro e também à UTS, em que diz o seguinte:

“Violação do direito de exploração em regime de exclusividade do serviço de transporte público de passageiros atribuídos à STCP.

Por referência ao assunto em epígrafe, vimos expor e deixar à consideração da AMP, que é a entidade responsável, o seguinte: como é do conhecimento de Vossas Excelências, o recente modelo de gestão do serviço público de transporte de passageiros confiado à STCP veio determinar um conjunto de alterações relevantes em matéria de obrigações de serviço público e das compensações devidas pela prestação desse serviço. Com interesse para a presente exposição, o contrato de serviço público passou a determinar que, pelo cumprimento das obrigações de serviço público, a AMP se obriga a atribuir à STCP uma contrapartida composta por duas componentes distintas. Concretamente,



resulta da cláusula quinta do contrato que, pelo cumprimento das obrigações de serviço público objeto do presente contrato, a AMP obriga-se a pagar à STCP uma compensação financeira em conformidade com os critérios previstos no regulamento e no regime jurídico do serviço público de transporte de passageiros, aprovado pela Lei n.º 52/2015, de 9 de junho. Paralelamente ao pagamento de compensações financeiras, cuja responsabilidade foi entretanto transmitida pela AMP aos seis municípios abrangidos pela rede de transportes STCP que integram a UTS, prevê-se que o exercício do direito de exploração pela STCP em regime de exclusividade, nos termos estabelecidos no artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 379/98, de 27 de novembro, integra a compensação pelo serviço público a que a AMP e eventualmente o Estado se obrigam, nos termos do presente contrato, em contrapartida das obrigações de serviço público.

Em face do que dispõe na referida cláusula 16 do contrato, não há a menor dúvida, portanto, de que o direito de exclusividade atribuído à STCP integra uma obrigação contratual de contrapartida a que a AMP se encontra vinculada por força do contrato.

Na parte em que versa sobre o exclusivo atribuído à STCP, obrigação de contrapartida, cujo fundamento jurídico radica no texto do art.º 27.º, n.º 1, do RISTPT constitui uma verdadeira obrigação *de fare*, isto é, uma obrigação cujo cumprimento pressupõe a prática efetiva dos atos materiais que, com respeito pela lei e pelo contrato, naturalmente, se revelem necessários ao seu cumprimento.

Neste sentido, veja-se, por exemplo, que a obrigação em causa versa o exercício do direito de exploração e não como poderia pensar-se a atribuição do direito em si. O que a obrigação em causa pretende assegurar é assim a concreta realização do direito. Se assim não fosse, isto é, se da referida obrigação não resultasse para a AMP um concreto dever de execução dos atos necessários ao exercício do direito e pudesse, por exemplo, ser interpretado como uma mera atribuição de um direito previamente existente na esfera jurídica da STCP, então a obrigação de contrapartida que impende sobre a AMP ficaria, nesta parte, vazia de qualquer conteúdo e a cláusula 16 do contrato, ficaria destituída de qualquer utilidade.



Por outro lado, deve ter-se presente que a AMP é justamente a Entidade, chamo a atenção desta parte, que na qualidade de autoridade de transportes dispõe dos meios legais necessários ao cumprimento da obrigação prevista na cláusula 18 do contrato, na medida em que fazem parte das suas competências, a fiscalização e monitorização da exploração do serviço público de transportes de passageiros. Em face do que precede não há, portanto, a menor dúvida de que impende sobre a AMP o dever de realizar as ações necessárias ao exercício pela STCP do seu direito exclusivo. Este é um ponto que se julga, não pode suscitar qualquer dúvida.

Isto posto, o que nos leva a dirigirmo-nos a Vossa Excelência, à AMP, é que o direito da STCP tem vindo ao longo dos anos a ser objeto de violações sucessivas por parte de várias empresas privadas de transporte de passageiros, que de forma abusiva têm vindo a operar dentro da área urbana do Grande Porto, recolhendo e largando passageiros ao longo dos percursos efetuados nessa zona exclusiva. A referida prática tem como consequência direta a existência de uma perda de receita da STCP, receita essa que, na sua totalidade, não é possível estimar.

A violação do direito exclusivo acontece de forma aparentemente continuada. A STCP entendeu, neste contexto, por adequado enviar uma carta à AMP, já em abril de 2018, na qual expunha as suspeitas das práticas ilícitas prosseguidas pelos operadores privados e de forma bastante circunstanciada e juridicamente fundamentada solicitou a adoção de medidas concretas que pudessem pôr termo a esta violação de exclusivo. Até à presente data a STCP não obteve, porém, qualquer resposta por parte da AMP. A situação teve recentemente uma evolução, resultante da informação disponibilizada pela Câmara Municipal do Porto à STCP, sendo hoje do domínio público que torna ainda mais premente a adoção de uma solução para o caso. Concretamente, a STCP teve recentemente uma informação disponibilizada pela Câmara Municipal do Porto, elaborada com recurso a dados obtidos, em que se conclui que o total da receita obtida pelos operadores privados nas zonas C1, C2 e C6, as quais integram uma zona exclusiva atribuída à STCP, se situa em 2018 num intervalo entre 497 mil e 581 mil euros. Com a obtenção da referida informação a STCP pas-



sou a ter uma ideia muito aproximada dos prejuízos causados pelas condutas abusivas.

Em face do que precede, parece, pois, ser possível concluir que poderá a STCP exigir, quer aos operadores privados, quer à AMP, o ressarcimento dos danos verificados em anos passados em valor próximo da receita apropriada na zona de exclusivo.

A responsabilidade da AMP deriva, por um lado, da violação da obrigação contratual de contrapartida pelo cumprimento da OSP – Obrigações de Serviço Público e, por outro lado, da omissão dos deveres legais de fiscalização e manutenção do serviço público de transporte de passageiros, que é uma responsabilidade extracontratual.

Ora, no cenário em causa, em que não parece oferecer dúvidas que os danos se encontram relativamente quantificados, o Conselho de Administração da STCP não pode, naturalmente, deixar de provocar os atos necessários à reposição da rede da receita que lhe tem vindo a ser subtraída. Em qualquer caso, entenda-se que deve ser dada prevalência a uma solução consensual".

Nesta medida, entende o Conselho de Administração da STCP solicitar à AMP uma reunião e depois...", abstenho-me de dizer o resto, ou seja, em rigor, creio que aqui o Município do Porto fez tudo o que estava ao seu alcance no sentido de obter a informação e considero que o Presidente do Conselho de Administração da STCP, que foi, como sabem, indicado e nomeado pela Câmara Municipal do Porto, está a agir na defesa dos interesses daquele que é o operador público exclusivo da cidade do Porto.

E não nos enganemos, nesta matéria, por muito boas relações que tenhamos com os Municípios vizinhos, e temos e queremos ter, os Municípios vizinhos, mesmo aqueles que participam na gestão da STCP, porque lá a STCP opera, têm, apesar de tudo, uma realidade diferente. É que para eles a STCP é um dos operadores no seu território, sendo que o resto é concessionado. Para nós, no Porto, para o bem, que é muito, e para o mal que é algum, só temos STCP e não temos nem queremos mais nenhum, portanto, tudo o que seja retirar receita à STCP através da canibalização daquilo que é o seu exclusivo, representa no futuro, para a cidade do Porto, a incapacidade de aumentar a oferta e é a oferta que tem que ser aumentada para que nós possamos gerar mais procura.



Portanto, nesta matéria, Senhor Deputado, e sei que me acompanha nesta preocupação, só não sabe com certeza destes exercícios, tudo temos feito, só que, infelizmente, nós não temos competências nesta matéria, a não ser que Vossas Excelências nos acompanhem, porque ou esta questão é resolvida, ou nós gostaríamos de retirar, não de suspender, mas de retirar definitivamente à Área Metropolitana as competências nesta matéria. E podemos fazê-lo se Vossas Excelências quiserem, eu por mim já o teria feito. Repito, nós suspendemos, quando, em determinada altura, a AMP entendeu que os autocarros privados haviam de parar e andar onde eles quisessem, e nós suspendemos. Agora, se quiserem dizer assim, e eu quero, como o Porto tem uma situação especial, a Câmara Municipal assume-se como autoridade. Se me acompanham nisso, este problema está resolvido. Sabem porquê? Porque pura e simplesmente passamos a ter a fiscalização, que neste momento não temos, como aqui está explicado.

Portanto, pela minha parte é claro, eu defendo um modelo de STCP em que se for preciso ir buscar meios fora, vamos, mas é contratados pela STCP, através da contratação pública, que pode fazer, como sabe, até 30% como operador interno, porque precisamos de aumentar a capacidade. Compreendemos que a própria STCP, mesmo que passe a ser municipal, pode não ter capacidade financeira para subitamente prover a todas as necessidades, mas deve ser feito no âmbito da legalidade e daquilo que tem sido feito, através da Área Metropolitana. E aqui vou dizer isto bem alto para que fique claro, não tem a ver com os outros Autarcas, tem a ver com o funcionamento da Área Metropolitana e da sua estrutura. Quando eu lá chego parece-me que estão a representar os privados e sou eu o único que estou a representar o operador público, e digo isto com a responsabilidade do que estou a dizer. Portanto, se me quiserem auxiliar nesta matéria, Senhor Deputado, não é por não fazermos barulho.

Sabem bem o problema que nós tivemos quando fomos obrigados a fazer alguns rebatimentos na cidade, perfeitamente justificáveis, nós aí insistimos e tivemos que suspender a delegação de competências, mas para mim não era suspender, neste momento, a cidade do Porto, repito, sendo a única em que a STCP tem o monopólio e nós queremos que tenha, devia-se assumir como uma autoridade de transportes e, a partir daí, quem cá estiver fiscaliza. Já não



precisamos de pedir por favor para cobrarem aquilo a que a STCP tem direito, porque esses quinhentos mil euros é apenas uma parte, é a parte visível do iceberg, porque isto não conta com os ocasionais deles.

Portanto, é possível imaginar que nós estamos aqui a perder uma receita, pelo menos 50%. Isto é capaz de ir a 1 milhão de euros por ano que estão a ser retirados da STCP que nada ganha com isto. Aquilo o que vemos em corredores como o de São Roque é a canibalização dos transportes da STCP, isto é, quando vem um autocarro da STCP o privado arranca à frente. Isso não pode ser e também não pode ser por outra razão, porque a STCP está a apostar em transportes limpos, está a apostar em transportes de gás natural e em transportes elétricos. Então temos uma situação disléxica, nós temos um operador, que é o nosso operador exclusivo, que está a apostar em transportes eficientes, está a querer aumentar a sua capacidade para responder a vários desígnios, nomeadamente ambientais e deixamos, por inércia, eu prefiro dizer que é por inércia para não dizer outra coisa, que isto seja canibalizado, ou seja, há assim quase uma pirataria e isto tem sido consentido, mas não é por nós, peço desculpa se tomei muito tempo, mas é muito importante que as forças políticas presentes compreendam a dimensão desta questão, numa altura em que se fala na municipalização da STCP, é que se for para nós não podermos controlar isto, nós não queremos, porque isto só irá agravar o problema.

Sobre a demolição do Bairro do Aleixo e sobre os projetos sociais. Há duas questões diferentes, aliás, eu acho que o Senhor Deputado, de uma forma generosa, procura juntar aqui várias questões. As Torres do Aleixo, de facto, na situação em que estavam, e nós tentamos dar-lhes condições de habitabilidade, como sabe fizemos algum investimento sem condições nenhuma, estão a ser demolidas, não vão ser implodidas, e não havia forma de resolver este assunto de outra maneira. Não quero voltar ao passado, nem quero sequer questionar as decisões que foram tomadas por anteriores Executivos, quero apenas questionar aquela que nós encontramos, isto é, não havia outra solução e nós vamos resolver esse problema. É evidente que há problemas sociais e nós estamos muito interessados em ajudar a resolver os problemas sociais, mas não é só isso que há, há um problema policial, há um problema de proteção, há um problema de segurança, há um problema de absoluto incumprimento das re-



gras mínimas de convivência no espaço público. Hoje, aqueles que defenderam a despenalização do consumo, e eu fui um deles, porque também defendi a despenalização, devem começar a questionar-se se fomos longe demais ou se ficamos perto demais porque, de facto, é muito estranho tentar tratar o mercado desta maneira e o mercado é assim, é permitido comprar, mas é proibido vender.

A última experiência que houve sobre esta matéria foi a Lei Seca, nos Estados Unidos, que não correu muito bem, nós temos um negócio montado que é de uma dimensão inimaginável.

Sabe, agora volto ao caso Paula, eu admito, não conheço a Senhora em causa, mas admito que o Senhor Deputado a conheça ou acredite em tudo o que lhe contam, eu não sei. Acredito, naturalmente, que todas as pessoas podem cair na tentação, assim numa visão bíblica, mas há uma coisa que a mim me preocupa muito mais do que o caso individual, preocupam-me os outros. Aquilo que me preocupa quando eu vou aos Bairros, e o Senhor Deputado sabe que eu vou lá bastante, é o que me dizem os moradores e os moradores não estão tão preocupados porque houve pessoas de determinada etnia que, num determinado funeral, deram uns tiros para o ar e acharam logo que era luta de traficantes, não é isso que me preocupa muito, preocupa-me mais o espetáculo que é dado às crianças que vão para a escola e que muitas vezes são incentivadas a consumir substâncias que depois se vão tornar letais. Preocupa-me mais, mas ainda me preocupa mais o exemplo. Em alguns destes bairros sociais os exemplos de vida, os exemplos do sucesso, são daqueles que traficam droga nos bairros sociais, que têm os carros de alta cilindrada à porta e que têm os LCD em casa e que dão dinheiro aos miúdos para irem aqui e ali ou usam os próprios filhos para traficar.

Portanto, eu peço desculpa, sabendo que não é possível ser absolutamente justo, prefiro que seja cometida uma eventual injustiça, no caso uma pessoa que se arrependeu e não quer voltar, como o da cidadã que o Senhor mencionou, prefiro se calhar essa injustiça a cometer uma injustiça com todas as outras pessoas dos bairros sociais, que aquilo que dizem é têm um problema com os miúdos, porque o líder deles, o herói deles é o traficante, é o tipo que tem o Audi A8 à porta, é o tipo que lhes diz: vamos daí comer umas bifanas que a



malta paga e que depois diz, já agora leva este envelope, tens aqui umas pastilhas, vê se levas o envelope à casa Z. É esta a questão que nós temos.

Senhor Deputado, dizer que isto se resolve através de ações sociais, se me quiser propor ações sociais que resolvam este enigma da modernidade, eu agradeço-lhe, como vê não tenho nenhum tabu, não há aqui nenhum tabu.

Nós queremos que os bairros sociais tenham os mesmos direitos que têm as pessoas que não vivem em bairros sociais, como é o seu caso ou o meu, nós temos o direito, apesar de tudo, a uma vizinhança tranquila, em que mais do que tudo haja exemplos, mas que não sejam maus exemplos que de repente são os novos deuses desta nossa pós civilização. Eu não me consigo conformar com aquilo que é o negócio dos coitadinhos, que não são coitadinhos porque fizeram as suas escolhas. Não estou a dizer que devem ser crucificados, agora, não foi para isso que se fez a habitação social, a habitação social fez-se com um determinado objetivo, e eu já li a Lei várias vezes, é para pessoas que transitoriamente precisam do recurso à habitação. Eu não consigo encontrar num traficante que tem o Audi A8 ou vai dar uma entrevista de BMW uma necessidade social, contudo se ela tiver uma necessidade social não é a mesma que têm as pessoas que têm os filhos a dizer que esta é a minha heroína ou este é o meu herói, que aparece na televisão e que anda num carro bestial, e a Câmara depois consegue arranjar-lhe uma habitação.

Sobre os fogos acessíveis, sim, claro que nós teremos um debate. Eu vou ter um debate esta semana com a Senhora Secretária de Estado e os Partidos tiveram hoje oportunidade também de falarem. É evidente que eu não vou aqui defender o modelo apresentado pela Senhora Secretária de Estado, ainda que chame a atenção que aquilo que ela falou foi de valores máximos e se calhar é bom olhar para o que está escrito e perceber que são valores máximos, não são valores mínimos, e se calhar estamos a falar de um T5, portanto, temos que olhar para isto com alguma prudência. Eu acho que nós temos procurado ajudar o Governo, a Senhora Secretária de Estado, nesta missão um pouco difícil de resolver e em algumas das questões que têm a ver com a habitação social. É evidente que demora tempo e tudo demora tempo.

Eu estive há dias numa conferência internacional em que estavam representadas várias cidades, desde Vancouver, Roma, Berlim, Portland, Miami, e as ci-



dades europeias falavam todas neste assunto. Ninguém tem uma fórmula mágica para resolver o assunto. A verdade é que resulta, hoje, que o paradigma em que algumas cidades europeias e alguns países acreditaram, que o Estado tinha que deixar de investir em habitação, parece que está condenado, parece óbvio que tem que haver investimento público na habitação, não é apenas cá. Aquilo que nós propomos fazer é uma fórmula multimodelar para ver o que é que corre melhor, foi aquilo que nós pensamos fazer. Nós não podemos assumir inteiramente a responsabilidade que está prevista na Constituição, não estou a dizer com isto que o Município não o deva fazer, deve continuar a fazer, mas temos que encontrar aqui fórmulas. A primeira fórmula tem a ver com a habitação que existe no Porto e que nós conhecemos mal, isto é, tem a ver com a habitação detida pelo IRU. Aquilo que nós gostaríamos, naturalmente, é de perceber melhor o que é que se passa e, eventualmente, encontrar fórmulas e, para isso, estamos a tratar com o Governo de ficar com parte dessa habitação.

Relativamente ao que tem sido feito, há vários modelos possíveis, o Bairro Rainha D. Leonor foi de facto um modelo interessante. Eu sei que a sua força política não o apoiou, mas eu acho que o modelo correu bem e foi interessante, embora não se possa aplicar em todos os casos. Tenho a certeza de uma coisa, prevendo que o Município do Porto precisaria neste momento, entre habitação social e habitação a preços controlados, de qualquer coisa como 4.000 habitações, o Município do Porto, apesar das suas boas contas, não tem capacidade para financiar isto sozinho. E aqui podemos fazer isto de duas maneiras, ou com mais apoio do Estado, ou com mais parcerias com os privados. Para mim não há nenhum problema ideológico, trata-se apenas de perceber o que é que pode ser mais rápido e o que é que pode ser melhor. Mais rápido, temos o problema que todas as cidades têm, um projeto desta natureza não demora menos de quatro anos, como sabem, portanto é absolutamente impossível num modelo público. É absolutamente impossível pensarmos que conseguimos, isto acreditando que tudo vai correr bem com o Tribunal de Contas, entregar uma chave em menos de quatro anos. A contar do momento em que começamos a trabalhar num terreno municipal, se ele já for municipal, até entregarmos uma chave são quatro anos. Não preciso de explicar porquê. O pro-



blema é que as mudanças que estão a ocorrer nas cidades, nomeadamente numa cidade como o Porto, já não permitem esses hiatos de tempo. Eu ouvi a Senhora Deputada Susana Constante Pereira hoje dizer que demora muito tempo, pois demora, demora mesmo muito tempo. Veja-se o caso da renda acessível em Lisboa, o que é que aconteceu? Ficou preso no Tribunal de Contas. Portanto, nós vivemos num tempo em que chegamos ao ponto de ter que nacionalizar ou confiscar o SIRESP, porque não se consegue fazer contratação pública, esta é a verdade, portanto, não vamos tentar aqui equivocar-nos.

Já agora, devo dizer às Senhoras e aos Senhores Deputados que, se acham que é assim que se vai acabar com a corrupção, estão muito enganados. É assim que se vai perpetuar a corrupção, através de modelos sucessivos, de complicações sucessivas em que, cada vez mais, já não são aqueles que são eleitos pelo povo, mas são os níveis intermédios que decidem o que é que se pode fazer ou não, como é que se pode fazer, quando se pode fazer, e a seguir vão determinar também com quem se pode fazer. É a próxima fase. A próxima fase do que está a acontecer na Europa é quando nos disserem a nós com quem temos que fazer e aí vão ter que encontrar outro Presidente da Câmara”.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) disse: “Senhor Presidente, eu trazia-lhe três assuntos relacionados com a atividade do Município, sendo o primeiro a relação entre o seu Executivo e o órgão deliberativo do Município, esta Assembleia.

O Bloco de Esquerda continua há vários meses sem resposta da Câmara a vários pedidos de informação sobre assuntos tão importantes como o Matadouro, o Pacto dos Autarcas, o Bairro do Aleixo, as casas do património ou a ZEP da Arrábida. Esta informação é necessária para nós podermos fazer o devido escrutínio público da atividade do seu Executivo. A resposta célere e atempada aos Deputados desta Assembleia é um direito que lhes assiste, mas também uma questão de transparência, de democracia e de escrutínio público, e julgo que me acompanhará nesta leitura, contudo, a situação começa a ser excessiva, havendo pedidos de informação que têm mais de seis meses. Eu queria perguntar-lhe se tem conhecimento desta situação e que motivos justificam a não disponibilização de informações por parte do Executivo.



O segundo assunto é sobre o Fundo do Aleixo. Este é um tema que já foi aqui muito discutido nos últimos meses. Toda a gente sabe o que o BE pensa desta operação iniciada pelos Executivos do PSD e do CDS e que os seus Executivos levaram a cabo, toda a gente sabe que nós entendíamos que esta operação deveria ter sido interrompida, se possível, por parte dos seus Executivos e também toda a gente sabe como é que caracterizamos esta operação. Nós sempre fomos bastante claros em classificá-la como sendo uma operação de higienização social e de especulação imobiliária, muitas vezes a coberto, como disse o Deputado Rui Sá, de pretextos relacionados com drogas.

Mas hoje deparamo-nos com um problema novo e com uma dificuldade nova, é que apesar da demolição que está a ser feita, o Fundo e a Invesurb, como já aqui foi dito, cumpriu apenas 15% do acordo que estabeleceu em 2010, ou seja, dos 154 fogos previstos para construção apenas 23 estão concluídos. Além disso, o relatório financeiro do próprio Fundo de Investimento relata dificuldades para cumprir esta parte do acordo e, portanto, perante estas dúvidas e esta situação, aquilo que eu queria perceber é se, ao longo deste processo que já vem do mandato anterior, em algum momento os seus Executivos equacionaram a hipótese de avançar para a liquidação do Fundo e, se sim, a que conclusões chegou, nomeadamente as desvantagens de uma solução desse tipo, e queria perguntar-lhe se abandonou definitivamente esta hipótese. Por outro lado, no caso do Fundo, ao fim de nove anos, continuar a não conseguir cumprir a sua parte do acordo, pergunto-lhe se a Câmara tem algum plano alternativo e durante quanto tempo está disposta a esperar para ver se este Fundo cumpre ou não e para começar a pensar em soluções alternativas.

O terceiro assunto está relacionado com a não suspensão temporária das novas licenças de alojamento local no Centro Histórico do Porto. Para ser totalmente sincero, apesar da discussão que temos tido aqui sobre esta matéria, nós continuamos a não compreender o raciocínio que está por trás da decisão. Eu tentei ler as notícias, tentei perceber o que é que se passou na reunião do Executivo e julgo que seria também o momento de lembrar que, em outubro, o Senhor Presidente da Câmara dizia-nos aqui, e até posso citar, 'que não ia subitamente aplicar uma rolha no alojamento local numa zona qualquer, anunciando isso com antecedência, porque isso levaria a uma corrida às licenças' e



dava muito bem o exemplo de Lisboa. O problema é que me parece haver aqui uma contradição entre aquilo que disse e o que está agora a fazer. A verdade é que agora já dispomos de um estudo que identifica, de uma maneira bastante clara, as zonas mais sobrecarregadas de alojamento local, que não são 10%, como dizia o Senhor Deputado do Movimento Rui Moreira, são de 25% ou 30%. Portanto, aquilo que nos vem anunciar, e que anunciou no Executivo, é uma regulamentação que na verdade só entrará em vigor daqui a muitos meses, depois de passar um ou vários períodos de discussão pública, por uma discussão e aprovação do Executivo e uma discussão e aprovação nesta Assembleia Municipal e aquilo que me parece a mim é que isto funciona, na prática, como um anúncio prévio idêntico àquele que, na altura, disse que não iria fazer, o que, parece-nos a nós, levará efetivamente a uma corrida às novas licenças, sobretudo no Centro Histórico do Porto.

Eu gostava também de recordar, porque tenho visto muita desinformação sobre isto, que a suspensão temporária que a Lei prevê não corresponde a nenhuma proibição definitiva, ou seja, tem apenas como objetivo, e posso citar a lei 'evitar que a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes possa comprometer a eficácia do Regulamento Municipal'. Portanto, parece-nos a nós, e o Senhor Deputado Artur Ribeiro dizia que estava à espera que a proposta fosse aprovada, que seria perfeitamente sensato suspender temporariamente até aplicar o Regulamento, porque se o Regulamento for rápido a suspensão é curta, se o Regulamento for longo, fica justificada *per si* a medida.

Tenho também uma outra informação, eu fui consultar os dados e é chocante perceber que, desde o dia em que foi apresentado o estudo, há cerca de 1 mês e 10 dias, já houve 310 novos registos de alojamento local no Porto, dos quais 210 são no Centro Histórico, nas zonas mais sobrecarregadas como, por exemplo, nas Ruas das Flores, dos Caldeireiros, Mouzinho da Silveira, Belmonte e da Arménia. Portanto, o que nos parece é que a sua decisão, de forma bastante implícita, é que pode continuar a existir novo alojamento local em freguesias em que esse alojamento já é superior a 25% ou 30%, o que tem consequências devastadoras para o direito à habitação no Porto.

Eu faço esta longa exposição para lhe pedir duas coisas, a primeira, gostaríamos que clarificasse também nesta Assembleia, se for possível, o raciocínio



que presidiu a esta decisão de não suspender temporariamente, até aprovação final do Regulamento, pelo menos nas zonas mais sobrecarregadas, como propôs a CDU e propôs o Bloco de Esquerda aqui nesta Assembleia Municipal e, segundo, perguntar-lhe como é que explica esta aparente contradição entre aquilo que nos disse aqui em outubro e o que está agora a fazer”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite interveio para dizer que: “Antes de dar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara queria esclarecê-lo do seguinte: eu não sei se houve uma alteração na liderança do Grupo Municipal do Bloco de Esquerda que não foi comunicada à Mesa. Não sei a que tipo de pedidos de informação se referia na primeira parte da sua intervenção. A Líder da bancada, tanto quanto sei, nas Comissões Consultivas de Apoio à Mesa não deu conhecimento nem nota de nada, não sei que tipo de informação está em atraso, pois refere-se vagamente a informações dentro das dezenas de pedidos de informações que costuma fazer. Eu agradecia que os dirigisse à Líder da sua bancada, se se mantém a mesma e houve um equívoco na comunicação à Mesa, ou ao Presidente da Mesa para que possa esclarecê-lo pelo meio adequado.

Não é assunto para discutir em Plenário e muito menos neste período do mesmo, portanto, estamos sempre ao dispor para lhe dar os esclarecimentos, agora, vir para aqui fazer essas abordagens é inadequado”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira respondeu: “Sobre o Aleixo, eu não queria voltar atrás e repetir, mas vou repetir. Eu não sei, não conheço as circunstâncias em que as coisas foram decididas em mandatos anteriores e não me compete a mim fazer esse julgamento. Aquilo que eu sei é que, quando cá cheguei, havia uma circunstância relativamente ao Aleixo que parecia clara, tinham sido implodidas 2 torres e a circunstância é que não havia, nas palavras da então Vice-Presidente, casas nem ‘guito’. O Fundo do Aleixo não tinha casas e não tinha dinheiro. E, nessa altura, perante uma situação, de facto, de alguma preocupação, partilhada, então, com o Partido Socialista que nos acompanhava nessa tarefa, nós avaliamos as circunstâncias, ficar com o bebé nas mãos, mas não sabíamos como, principalmente porque a ex-



tição não era possível. E explico-lhe porquê. Talvez por azar, as coisas acontecem por azar, nós tínhamos lá a Rioforte com uma grande componente no capital e as cláusulas do Fundo não preveem a sua extinção prévia e então nós, não sabendo o que é que havíamos de fazer, decidimos que, apesar de tudo, a melhor forma era tentar a recapitalização do Fundo e a recapitalização do Fundo foi feita de duas maneiras, em primeiro lugar, a Câmara recomprou um terreno com que tinha entrado e que não fazia parte do Aleixo, como sabem, o terreno da Rua da Quinta, que alguns dos Senhores Deputados acharam na altura que ia ser mau negócio, mas não foi. A Câmara conseguiu recomprá-lo e depois revendê-lo, não perdendo dinheiro na operação, e assim substituiu aquilo que tinha sido a sua participação em espécie por liquidez e conseguimos atrair para isto um outro investidor.

A verdade é que, entretanto, começaram a avançar as coisas relativamente a alguma habitação, a Travessa de Salgueiros está em construção, depois ia-se avançar para o projeto, e aqui a culpa, se quiserem, é da Câmara para o projeto Fernão de Magalhães, só que o Arqt.⁹ Correia Fernandes, então parte do Executivo, verificou que o projeto era muito mau, e tinha toda a razão, o projeto de facto era muito mau e então aquilo que se pensou foi em desenvolver um projeto alternativo nas Eirinhas, projeto esse que, depois o Senhor Vereador Pedro Baganha talvez nos possa esclarecer, teve algumas vicissitudes, mas acho que é um projeto bastante interessante, depois faltará o Bairro do Leal.

Portanto, nós, que neste momento já não temos moradores no Aleixo, aquilo que sabemos é que o Fundo do Aleixo agora só precisa de uma coisa, é que, antes de ficar com os terrenos, vai ter que construir as habitações remanescentes, sendo que elas vão criar uma folga à lista de espera. Devo dizer-lhe que ainda há algum tempo admiti a possibilidade e falamos com os participantes do Fundo e achamos que neste tempo diferente que a cidade vive, se calhar, seria interessante extinguir o Fundo do Aleixo para pagar as devidas compensações aos privados e aí permitiria à Câmara, eventualmente, avançar ali para um plano de pormenor e para um modelo integrado, que seria um modelo tipo Rainha Dona Leonor em maior dimensão, ou seja, numa situação mais de interação social, como nós acreditamos que devia ser feito e como era a tradição da cidade do Porto. Sucede, porém, que há um dos participantes no Fundo que não



vota, que é a Rioforte, e há um outro dos participantes que não está interessado nesta proposta, portanto, a Câmara não tem nenhuma forma de o fazer.

Aquilo que lhe posso dizer é que iremos garantir que, enquanto cá estivermos, o contrato será cumprido escrupulosamente. Hoje os recursos da Câmara Municipal e as necessidades são bem diferentes do que eram, pelo que pensamos que podíamos fazer ali um plano de pormenor e quiçá, ao contrário daquilo que diz o Senhor Deputado Rui Sá, e estando previsto no PDM densificar aquela zona, podemos depois discutir a questão da densificação, não me quero substituir à Comissão do PDM, poderíamos pensar noutra coisa. Agora, aquilo que nos resta neste momento é andar para a frente e, portanto, nós estamos a respeitar escrupulosamente os acordos, por isso, não estou preocupado, não vejo nenhuma preocupação sobre os recursos que o Fundo tem à sua disposição e, parece-me que as coisas estão a correr bem. Estamos muito agradecidos ao investidor que nos acompanhou nesta segunda fase, a Mota-Engil, porque, de facto, sem eles nós não teríamos conseguido. Podia ter sido diferente, pode sempre fazer-se as coisas de maneira diferente.

Sobre a questão que me levantou do alojamento local, não há nenhuma incoerência entre aquilo que foi dito e aquilo que eu lhes vou dizer agora. Eu, talvez seja uma deformação profissional, não acredito no achismo, não é por ler uma determinada coluna no Jornal Público que eu me conformo com determinadas narrativas ou com determinados diagnósticos, respeitando claramente a posição da opinião pública e também da comunicação social. Não é por alguém dizer que ali já há gente a mais ou há turismo a mais que eu vou mudar, porque a acreditar nisso, teria que acreditar que o São João é só para estrangeiros e é só para martelinhos, ou teria que acreditar que as comunicações da Liga das Nações, que o Porto festejou, foi uma festinha. Eu não consigo conformar-me com essas coisas. Peço desculpa, eu sou de um tempo em que os diagnósticos eram feitos de outra maneira, hoje em dia qualquer pessoa com uma folha de *facebook* faz um diagnóstico. Portanto, nós entendemos fazer um diagnóstico e eu acho que o diagnóstico é sério e confirma duas coisas, que há alguma preocupação em algumas zonas da cidade e confirma também que é necessário fazer alguma coisa. Nós estamos a preparar uma proposta de regulamento que iremos, espero, aprovar em reunião de Câmara ainda durante o mês de



julho e que depois de um período de discussão pública naturalmente será sujeito a Vossas Excelências para ser aprovado.

Queria ainda assim dizer que nós, no dia em que submetermos o documento a reunião de Executivo, nesse mesmo dia, anunciaremos a suspensão temporária em algumas zonas. Estamos a falar especificamente nas zonas vermelhas e isto é absolutamente coerente com o que eu estou a dizer. Nas outras não o faremos, naturalmente. Isto parece-me corresponder exatamente àquilo que a cidade e o mercado também entendem, ou seja, nós não vamos matar a galinha dos ovos de ouro, porque, apesar de tudo, para muitas famílias é a galinha dos ovos de ouro, mas também não vamos com certeza esperar mais tempo, mas este era o tempo que nós precisávamos para tomar uma decisão ponderada que as pessoas entendessem.

Queria também, já agora, pedir aos partidos que compõem a maioria parlamentar que façam uma coisa muito urgente, que é, proponham medidas para que aquelas pessoas que têm casas em alojamento local as possam desinscrever, permitindo-lhes colocá-las de novo em arrendamento de longa duração sem ter que ser fortemente penalizadas pela Autoridade Tributária. Neste momento, como acho que o Senhor Deputado sabe, o rendimento do alojamento local na cidade do Porto está em quebra, está em baixa e há um conjunto de pessoas que dedicaram as suas casas a alojamento local e neste momento as querem desinscrever, mas a Autoridade Tributária está a penalizar a sua transferência, está a cobrar mais-valias e não está a permitir a sua transferência para alojamento de longa duração.

Era muito importante que também aqui houvesse um esforço que não fosse só do Município e não se e que não se sacrificassem as pessoas que, com a melhor das intenções, eu conheço algumas, pegaram nos seus haveres e, desconfiando do sistema financeiro, aproveitaram para pegar numa casa ou noutra, fazerem umas obras e pô-las no alojamento local, e agora que não querem e que as querem colocar no mercado encontram dificuldades fiscais. Portanto, talvez aqui o Bloco de Esquerda também nos possa dar uma ajuda”.

A Senhora Deputada Maria da Graça Laranjeira Vaz (PS) referiu o seguinte:

“Senhor Presidente, o Programa Rua Direita, lançado em junho de 2018, cap-



tou-me particular atenção nos benefícios que este Programa vem trazer aos munícipes que habitam nas referidas ruas. Eu gostaria de saber qual o grau de execução do referido Programa e se está previsto novo programa para outras ruas para melhor poder informar os munícipes que me abordam. Eu penso que o Senhor Vereador Pedro Baganha está bem informado sobre isso”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira deu nota que: “Posso dizer-lhe, Senhora Deputada, que neste momento há 8 lotes com visto tácito do Tribunal de Contas, ou seja, esgotou o tempo e houve visto tácito, há 5 lotes em projeto e para além dos 88 arruamentos, que estavam incluídos no projeto, juntamos agora mais 14 em Azevedo de Campanhã. Portanto, entendemos nós que tínhamos folga aqui para ir mais longe e Azevedo Campanhã é para nós, neste momento, uma absoluta prioridade. Depois, se quiserem, nós fornecemos a lista das ruas.

Vamos fazer um forte investimento em 14 arruamentos em Azevedo de Campanhã, o que acompanha bem os trabalhos que estão a ser feitos na Rua de Azevedo Campanhã. Nós precisamos de dar o sinal a Azevedo de Campanhã que aquela zona faz parte da cidade e, portanto, vamos fazer ali mais 14 arruamentos.

Portanto, se juntar aos 88 os 14, estamos já a falar em 102 arruamentos, o que já nos parece um esforço muito importante. Vai naturalmente causar algum contratempo aos cidadãos durante as obras e, por isso, agradecemos o vosso auxílio nesta matéria.

Os cidadãos gostam muito das obras feitas, mas odeiam-nas durante a sua realização, e nós já temos tido contratempos com alguns cidadãos, que andaram anos a pedir as obras, porque estão apreensivos com a forma como vão poder aceder às suas casas.

Enfim, não é fácil, mas este é um programa para continuar”.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) disse que: “Trazíamos uma questão que vamos deixar apenas como referência, uma vez que o Senhor Deputado Rui Sá já a introduziu, e que se prende com a nossa preocupação também com as portarias recentemente publicadas relativamente às rendas



acessíveis. Ficámos de facto preocupados, porque tememos que o valor máximo se possa tornar um valor de referência.

De qualquer das formas como o Senhor Presidente da Câmara já respondeu, deixava apenas o registo e passaria então às restantes questões.

Tomámos conhecimento, através de vários artesãos e comerciantes, que o Mercadinho dos Clérigos terá terminado inesperadamente, sem eles terem sido ouvidos. No fundo, trata-se de um mercado, que já se realiza na cidade há 12 anos, com produtos locais, muitos deles produção própria artesanal, portanto, diferenciadores, com um cunho próprio de identidade. Gostaríamos então de perceber o que vai acontecer a este mercado, o que é que o Executivo está a programar e se as respostas irão ao encontro daquilo que são as expectativas destes comerciantes.

Outra questão, há cerca de 1 ano o Senhor Presidente garantiu que o prazo de construção do Centro de Recolha Oficial de Animais seria para cumprir. Nós compreendemos, obviamente, os imprevistos e já nos falou sobre eles, porém, gostaríamos de ter a garantia deste Executivo Municipal de que tudo será feito de modo a que os animais abandonados da nossa cidade não passem mais um Inverno nas atuais instalações.

Nós temos recebido vários vídeos de pessoas que se sentem inseguras a usar a bicicleta e até andar a pé, nomeadamente no simples ato de atravessar uma rua. Gostaríamos de saber da parte do Executivo Municipal se está a par destes relatos de insegurança e o que é que pretende fazer relativamente a isso.

Outra questão, pretendíamos perceber o que se tem passado na ETAR do Freixo, de acordo com vídeos publicados pelo Movimento de Defesa do Rio Tinto, que tem tido um papel bastante importante no processo de despoluição deste Rio. Durante o mês de junho têm sido realizadas descargas de água visivelmente poluída para o Rio, pelo que aquilo que pretendemos saber é o que é que se tem passado e também perceber para quando a conclusão da obra relativamente ao intercetor de Rio Tinto.

Por fim, dar nota que apresentámos na Assembleia da República uma proposta de resolução para um problema ambiental nacional, isto é, um resíduo urbano denominado pontas de cigarro, também conhecido por 'beatas'. Esta proposta



visa uma série de ações de sensibilização, de disponibilização de equipamentos adequados e até de uma ecotaxa, com vista a poder tratar-se este resíduo. No dia 5 de junho, Dia Mundial do Ambiente, realizámos simbolicamente na Rotunda da Boavista uma ação, durante uma hora, de recolha de pontas de cigarro e reparámos que nenhum dos caixotes disponíveis naquela zona estava dotado de cinzeiro. Dar ainda nota que, nesta ação de uma hora, participaram 25 pessoas e foram recolhidas 17 mil pontas de cigarro que serão entregues no Laboratório da Paisagem, em Guimarães, que já encontrou uma forma de valorizar este resíduo, tendo-nos informado que trezentas pontas de cigarros poderão ser usadas para construir um tijolo que pode ser usado na construção civil, pelo que, ao valorizar este resíduo, está a pôr-se em marcha a economia circular.

A nossa questão é: que planos o Município do Porto tem relativamente ao tratamento deste resíduo, se pensa protocolar de alguma maneira com o Laboratório da Paisagem, de acordo com esta solução encontrada, e que prazos antevê para essas possíveis soluções”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira esclareceu que: “Senhora Deputada, sobre o Mercadinho dos Clérigos, estamos a trabalhar com o operador com vista à alteração do sítio. Isto tem a ver com a conveniência do comércio local, numa rua que agora está pedonalizada e nós esperamos encontrar uma solução amigável com os operadores. Nós gostamos muito dos mercadinhos, ainda que eu não goste de tudo o que lá se vende, acho que a Senhora Deputada também não deve gostar dos animais embalsamados que lá vê a vender e dos pisa papéis com animais, que não são portugueses, portanto, nós também temos que ter algum cuidado relativamente ao tipo de produto que é vendido, faz-me impressão ver algumas das coisas que lá são vendidas. Aquilo era suposto ser um mercado de velharias e, como sabe, deixou de o ser, mas nós esperamos encontrar uma solução, como temos encontrado para os outros, uma solução que tem que ser negociada entre aquilo que tem interesse, aquilo que são os usos da rua e os comerciantes que estão na rua e os constrangimentos que este tipo de mercados causam numa rua que já foi pedonalizada.



Quanto ao Centro de Recolha Animal, eu também estou preocupado. Tem havido atrasos, alguns dos quais devidos ao facto de terem sido encontradas umas minas de água que não eram conhecidas, o que justifica que o projeto avançasse mais lentamente do que aquilo que nós queríamos, mas ele estará pronto quando estiver. Eu nunca gosto de dizer quando é que está pronto, eu digo a verdade, nós sabemos quando as coisas começam, mas não abemos quando é que elas acabam. Como sabem, há um problema neste momento na construção civil que, curiosamente não é tanto o problema de mão-de-obra é um problema de equipamento, é o problema de os empreiteiros não terem, por causa da crise que houve durante alguns anos, equipamento próprio, portanto veem-se na necessidade de alugar equipamento para fazer as obras, e pura e simplesmente algum desse equipamento não existe e, por causa disso há atrasos. Depois invocam argumentos extracontratuais, como o caso de haver qualquer desconformidade no terreno.

É assim, como dizem os espanhóis quando se pergunta quando chega o comboio, *llega cuando llega*, portanto há de *llegar*. Mas eu queria muito que estivesse pronto, como compreende.

Sobre o caso dos vídeos, não sei o que é. Sei que o nosso Plano Municipal de Segurança Rodoviária foi aprovado, sei que temos um conjunto de outras ciclovias em preparação, agora, dos vídeos não sei. Sei que há um problema complicado que nós vamos tentar resolver já nas obras que se vão iniciar dia 15 de agosto na marginal atlântica, na Avenida Brasil e na Avenida Montevideu, que é segregar as bicicletas e os peões, as pessoas que passeiam. Tem que ser feito. Hoje em dia circulam lá bicicletas a velocidades absolutamente alucinantes. Muitas vezes vou para lá passear e vejo situações perigosíssimas em que há crianças à solta e pessoas que levam cães, com trelas extensíveis, que fogem para a parte onde passam ciclistas a 40 km/hora. Portanto, aquilo não pode ser. Nós vamos passá-las para a faixa de rodagem, estreitando as faixas de rodagem. Iniciamos a obra no dia 15 de agosto e prevemos concluí-la no fim de outubro. Poderão perguntar, porquê na época balnear? Não é época balnear, a época balnear a partir de 15 de agosto já começa a diminuir, mas é porque nós também não queremos aquilo na altura da sobrecarga máxima que é quando abrem as escolas. Poderíamos começar mais cedo, mas achamos que de 15



julho até 15 de agosto é a fase em que as pessoas ali vão para a praia. De facto, hoje, os peões e os ciclistas não convivem bem, portanto, vamos resolver essa situação.

Quanto às ETARs, sim, houve uma avaria na decantação primária, mas ela está a ser resolvida. Nós, de qualquer maneira, temos muito maior capacidade de intervenção desde que internalizamos a gestão das ETARs, e tendo ficado também com os trabalhadores conseguimos agir mais rapidamente, e fizemo-lo por incumprimento daquelas que eram as empresas prestadoras de serviços. Acreditamos que esse é um problema que de vez em quando sucede, mas não há solução. O Senhor Deputado Rui Sá sabe que, de vez em quando, as ETARs têm este problema, que não é um problema continuado, não é um problema de falta de capacidade, aliás, como sabe, estamos a absorver uma parte dos resíduos da ETAR de Gondomar porque temos capacidade, o problema é que de vez em quando acontecem avarias e quando acontecem avarias não há nada a fazer. Foi uma avaria.

Quanto às beatas, aquilo que acontece é que os nossos caixões têm as beatas dos cigarros. Como sabem nós temos umas placas metálicas nas papeleiras que são usadas pelas pessoas, só que ainda assim são pouco usadas, porque é muito mais fácil calcá-las. Fizemos várias tentativas de munir a cidade com cinzeiros, mas foram todos roubados, tal como os sacos para os detritos dos animais. São todos roubados. Não vale a pena, desapareceram todos. Também pusemos nas praias, não sei se já viram, uns *dispensers* muito engraçados, com uns cinzeiros portáteis, ainda por cima bonitos, em forma de um cone que parece um gelado e que a pessoa pode levar para a praia e depois, à volta, é suposto despejar. Aquilo que eu vi no Homem do Leme, outro dia andava lá a passear, foi que iam para aí 6 ou 7 pessoas com aqueles cones na mão, levando-os para casa. Nós até arranjamos uma coisa bonita para as pessoas levarem para a praia e para deitarem lá o cigarro, mas as pessoas acham que é para levar para casa. A ideia não era bem essa, mas vamos tentar.

Mas, acima de tudo, eu acho que o PAN tomou uma iniciativa legislativa muito interessante nesta matéria, que eu acho muito bem. Portanto, aquilo que nós pudermos fazer também em termos dos estudos que forem feitos para reciclagem, ótimo. De facto, uma beata de cigarro estraga 72 litros de água potável,



para terem uma ideia, é uma coisa impressionante e é uma coisa que demora muito tempo a ser reabsorvida pelo ambiente, portanto, parece-nos uma medida muito acertada.

Creio que lhe respondi basicamente a tudo”.

A Senhora Deputada Bebiana Cunha (PAN) interveio, pedindo esclarecimentos “Relativamente à questão que se prende com o Centro de Recolha Oficial de Animais, obviamente que nós compreendemos que há atrasos, mas uma coisa é dizer que estará pronto quando estiver, outra coisa é dizer que há o compromisso do Executivo Municipal para que esteja pronto quanto antes”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira respondeu que: “Um Presidente de Câmara a coisa que mais quer é ter as obras prontas, agora não me peça para me comprometer consigo no que diz respeito à data, porque já me foram anunciadas várias e eu tenho sempre resistido a atacá-los, mas as obras estão praticamente prontas.

Temos ainda assim um problema com animais errantes, como sabe, porque a capacidade de recolha no Centro que vamos ter é baixa e o abandono de animais tem sido muito grande. Há muitos animais abandonados sem chip e eu não sei para quanto tempo é que aquele Centro vai dar. Mas isso veremos. Estão todos cheios em todo o País, como sabe, portanto, começa a ser um problema.

Outro dia bateram-me à porta com um cão que uns miúdos encontraram, é extraordinário, vieram bater-me à porta, não foi por eu ser Presidente de Câmara, achavam que o cão andava ali nas minhas redondezas e andavam a bater a todas as portas. Eu vi o cão, e disse: não o cão não é meu. Senhor Presidente da Câmara nós vamos deixar o cão, ele vai ficar em sua casa uns dias. Já fomos ao canil, mas não tem capacidade, fomos a não sei quantos sítios, mas não tem chip, portanto o cão está abandonado.

Há muita gente a abandonar cães e isso é uma coisa que nos preocupa muito, porque quando os Centros estourarem a capacidade, não sei como é que vai ser.

Espero ter respondido”.



O Senhor Deputado António Cunha (PSD) salientou que: “Senhor Presidente da Câmara, o tema que leva o PSD a intervir nesta sessão é o congestionamento do trânsito.

Nós vimos a sua participação na reportagem do Porto Canal sobre este tema, e também vimos que no dia 4 de junho foi publicado um *ranking* internacional do congestionamento de trânsito, composto por 403 cidades no mundo, o chamado TomTom Traffic Index. O Porto subiu nesse *ranking* pelos piores motivos, passando da posição 128 para a posição 121 das cidades com maior congestionamento de trânsito, à frente de cidades como Chicago e ao nível de Barcelona, não havendo comparação na sua dimensão. Portanto, nós temos um problema, nós ouvimos as intervenções do Senhor Presidente, mas a verdade é que este *ranking*, este posicionamento e esta subida não é bonita nem é motivo de orgulho para a cidade e para quem a governa.

Sabemos que o sistema de gestão de trânsito – o Gertrudes – está obsoleto, está em vias de ser substituído, sabemos que estão a trabalhar nisso, e sabemos também que a VCI e a AEP, como o Senhor Presidente referiu, são causadoras de problemas, estamos de acordo, contudo, também sabemos que a principal causa do aumento do congestionamento de trânsito não é um sistema informático, por muito ultrapassado que esteja e, Senhor Presidente, com todo o respeito que lhe temos, a VCI e a AEP já ali estavam quando o PSD governava esta Câmara. Portanto, há alguma coisa que não está bem.

Nós estivemos a pensar e lembramo-nos que, entre outras questões, o Senhor Presidente em 2015 extinguiu a Direção Municipal de Gestão de Via Pública, que bem voltou a ativar, no entanto, esse erro teve algumas consequências temporárias no trânsito. Estivemos também a pesquisar e vimos, Senhor Presidente, que este problema nasceu com o seu manifesto eleitoral de 2013, isto é, na página 37 desse documento, que o Senhor Presidente elaborou, o Senhor propõe, e passo a citar: ‘Revisão dos sentidos de trânsito, evitando sentidos únicos e dando prioridade à circulação em ambas as direções como medida de diminuição de velocidade’. Sim, eu li, diminuição de velocidade, ou seja, com o objetivo de fazer com que o trânsito seja mais lento. Para isso, o Senhor Presidente, entre outras medidas, plantou pinos na cidade, extinguiu sentidos úni-



cos, passaram a ser de dois sentidos, e eu fiz a brincadeira que qualquer um de nós pode fazer no telemóvel, liguem aquela aplicação Google Maps, passo a publicidade, e façam uma deslocação de Campanhã ao Castelo do Queijo por dentro da cidade, façam o arrasto dos pontinhos para não irem pela Circunvalação ou pela VCI e vão ver que o Google Maps diz. Diz que são 30 minutos. Eu fiz essa viagem e demorei uma hora, porque como temos a circulação mais lenta, demoramos mais tempo. Ora, essa deslocação mais lenta implica maiores consumos de combustível, maiores emissões de poluentes e pior qualidade de vida para os cidadãos.

Nós sabemos, Senhor Presidente, que o Senhor acredita que estas duas medidas, a colocação de pinos e os sentidos únicos, serviram para diminuir a sinistralidade e nós também fomos ver as causas desses temas e também temos os números e o que acontece é que os atropelamentos, internacionalmente e nos concelhos vizinhos, diminuem-se com o levantamento das passadeiras e com lombas de redução de velocidade. Sabemos que há ruas onde não pode ser posto isso por causa das ambulâncias, mas também sabemos que mais de metade dos acidentes com vítimas mortais acontecem em 20 ruas da cidade, nomeadamente Faria Guimarães, Costa Cabral, entre outras. Nós sabemos quais são as ruas que têm que ser intervencionadas.

O Plano Municipal de Segurança Rodoviária tem que contemplar estas medidas, foi votado aqui no mês passado, portanto, temos que ter a questão da segurança em primeiro lugar.

A verdade é que esta diminuição da velocidade explica muito do trânsito caótico que temos dentro da cidade. É evidente, nós sabemos todos, que quando há um acidente na VCI, o Senhor Presidente disse muito bem, há uma diminuição da velocidade porque as pessoas ficam a olhar, mas dentro da cidade a velocidade de circulação efetivamente diminuiu. Diminuiu na Foz, na Marechal Saldanha, que o Senhor Presidente usa, diminuiu agora em D. Pedro V e vai diminuir na Rua de Camões. Isto parece os radares de velocidade nas autoestradas, 10% dos acidentes são na autoestrada, mas a maior parte são em estradas nacionais e os radares vão todos para as autoestradas.

Por outro lado, a questão dos pinos, o Senhor Presidente referiu na reportagem que havia uma viatura a fazer uma entrega num comércio e que interrompia a



rua. Senhor Presidente, quando tínhamos um sentido único os carros passavam por essa viatura, agora com dois sentidos não podem passar e com os pinos, acontece na Constituição, também não podem passar, porque estão bloqueados por uma fila com pinos.

Ora bem, numa época em que na política nacional se fala de reversões e reposições, como o Senhor Presidente também disse na última sessão, o PSD Porto pede ao Senhor Presidente que reverta a colocação dos pinos e reponha os sentidos únicos porque isso vai melhorar a qualidade de vida dos portuenses”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira afirmou que: “Senhor Deputado, em primeiro lugar, não vai com certeza tentar convencer esta Assembleia, porque todos temos boa memória, que o congestionamento não existia ao tempo do Executivo do PSD/CDS-PP. A verdade é que a cidade do Porto sempre teve congestionamento, mas não ignoro nem recuso o facto de hoje haver mais congestionamento do que havia à época de 2013, é verdade, reconheço perfeitamente que em muitos sítios da cidade há mais congestionamento.

Já quanto àquilo que é estatística do TomTom, não tem relevância estatística. Eu vou aqui fazer uma pergunta, estão aqui quarenta e tal pessoas, quantas das pessoas que estão aqui na sala utilizam o TomTom? Alguém usa TomTom? É que, de facto, o problema das estatísticas do TomTom é que ele se baseia numa tecnologia e aqui em Portugal não se usa o TomTom, porque é uma tecnologia que estava na moda em 2004 que resistiu até 2008 e, a partir daí, ninguém usa TomTom. Eu peço desculpa, é um bocado como as agências de *rating*, há coisas que não vale muito a pena acreditar. As agências de *rating* sabem sempre que o País ou os bancos foram à falência depois de terem ido, o TomTom é a mesma coisa. Portanto, sobre o TomTom estamos conversados, nós não damos grande importância, porque a amostra, como se vê por aqui, é uma amostra que não é válida e, mais uma vez, eu não acho coisas, eu gosto de coisas claras.

Coisa diferente é quando se liga o Google e, aí sim, perceber que muitas vezes há uma parte significativa das artérias da cidade que estão congestionadas. E nós insistimos, e não somos apenas nós, são também os municípios vizinhos,



que temos um enorme problema com a VCI e temos um enorme problema com os movimentos pendulares. Mesmo que nós retirássemos o trânsito pesado e o trânsito de travessia para ir através da CREP, nós continuaríamos a ter um enorme problema de maré, isto porque Portugal deve ser o único país do mundo em que as radiais são gratuitas e as circulares são portajadas, deve ser o único país do mundo onde isto é aplicado, desde logo, porque nós não temos via-férrea significativa e porque a rede do metro, apesar de tudo, é inconsequente, porque desde 2007 não havia uma linha de metro nova. O que é facto é que as cidades mudam, a cidade têm hoje mais trânsito e mais gente, e não são só turistas. Os turistas não vêm muito de automóvel, há mais gente, há mais atividade e principalmente também porque, com o fim da crise e com a convicção das pessoas de que podem gastar mais, houve muitas pessoas que deixaram de andar de automóvel durante a crise, passaram a andar de automóvel, há mais gente empregada e essa gente utiliza o automóvel e, por outro lado, as soluções que nós temos de transporte público, apesar dos passes e tudo o mais, ainda não conseguimos, nem mudar os comportamentos, nem sequer conseguimos aumentar a oferta e sem aumentar a oferta não vai aumentar a procura, aumenta até um certo ponto depois já não aumenta. Muitas das pessoas com quem eu falo dizem que não apanham o transporte público porque é um bocadinho como a história do *llega cuando llega*, as pessoas não estão para estar à espera, porque não acreditam e começa-se a rotinar outra vez no uso do automóvel. Essa é a razão principal pela qual nós temos problemas no trânsito.

Sobre os dois sentidos, eu aí discordo, concordo consigo na primeira parte, mas quanto aos sentidos duplos, principalmente nas ruas de que me falava, nomeadamente em Sousa Rocha e em Marechal Saldanha, eu acho que a redução de acidentes e de atropelamentos que têm ocorrido naquelas ruas justifica que se tenham posto sentidos duplos. Os sentidos duplos têm de facto duas vantagens, diminuem fortemente o estacionamento em segunda fila, claramente e diminuem a velocidade e eu, ao contrário de si, não acho que o problema da mobilidade na cidade se resolva através do aumento da velocidade dos automóveis. Há muitas cidades que hoje já não têm faixa dedicada para os automóveis e em que a velocidade é 30 km/hora. Em grande parte das cidades



alemãs, um país que sei que admira, Por exemplo, em Freiburg, que é uma cidade com a dimensão da nossa, a velocidade no Centro passou a ser 30 km/hora e não é por isso que há problemas. Eu continuo a acreditar que a utilização das vias, sempre que possível, com dois sentidos reduz os atropelamentos, reduz as infrações de estacionamento, reduzem a distância entre pontos, obviamente que não preciso dizer porquê, e ao mitigarem a velocidade levam a que as pessoas tenham comportamentos mais ajustados.

A mesma coisa quando colocamos pinos. Quais foram os pinos que nós colocamos? Colocamos alguns pinos no eixo das vias em zonas de aproximação às passadeiras, porque muitos dos atropelamentos, está verificado internacionalmente, resultavam de ultrapassagem próximo das passadeiras. A pessoa via um carro parado e ultrapassava-o porque não percebia que esse carro tinha parado por causa do peão. Esses têm dado bons resultados, temos ganho alguns prémios e o que é facto é que não temos tido atropelamentos mortais, portanto, parece que fazia sentido.

Falemos agora dos pinos que estão ao longo dos passeios, como, por exemplo, aqui na Rua da Picaria. O facto é que na Rua de Picaria, quando íamos lá recolher o lixo, a maior parte das vezes o camião do lixo não podia passar, porque as pessoas paravam com uma roda em cima do passeio e a outra roda em baixo, sem pensar que o camião não passava lá. Se for às cidades europeias, principalmente às cidades francesas, elas estão carregadas de pinos, e os pinos não são como estes, são de aço inox, é que estes ainda dá para mexer, aqueles não. Portanto, a forma que as cidades têm encontrado de reduzir o estacionamento que inibe a circulação tem sido através de pinos. Os pinos têm, portanto, várias funções e se me perguntar se eu gosto de ver a cidade cheia de pinos, não gosto, mas gosto muito menos de chegar a uma rua e encontrar o trânsito parado porque houve uma pessoa que resolveu abandonar o seu veículo de carga e descarga no meio da via e ninguém passava. Os pinos normalmente têm a virtude de melhorar esta situação.

Quanto às lombas, nós não vamos colocar lombas. A maior parte das lombas são ilegais e têm uma desvantagem que tem a ver com os motociclos. Nós temos hoje na cidade, e fará justiça, muito mais motociclos do que tínhamos em 2013, em grande parte por termos permitido que as faixas Bus fossem utiliza-



das pelos motociclos e também pela forma como eles hoje estacionam na cidade. O mérito é dos cidadãos, apesar de tudo, é muito menos impactante andar de motociclo e é muito mais confortável hoje do que era há 6 ou 7 anos atrás. Se não fossem os motociclos imaginem o que é que seria. As lombas são letais para os motociclistas e, portanto, nós não vamos colocar lombas.

Já quanto às passadeiras, os modelos que eu tenho visto das passadeiras alteadas, e temos o Município ao lado que teve grandes problemas com os autocarros, que normalmente partiam lá o *carter*, tem a ver um pouco com a mesma situação, as lombas são perigosas, são aquilo a que os brasileiros chamam o quebra mola, ainda por cima defendendo o Senhor Deputado o aumento da velocidade. Nós preferimos no Porto, e já adotamos isso, já vinha do Executivo anterior, do tempo do Dr. Rui Rio, que foi rebaixar os passeios nas passadeiras. Há dois modelos, um é elevar tudo o outro é rebaixar, nós seguimos o exemplo que já estava a ser feito, que a meu ver é melhor. É melhor desde que os Senhores automobilistas não percebam que aquele é um sítio ótimo para pararem em cima do passeio, porque, por acaso não estragam os pneus. E aqui compete às autoridades policiais fazer o seu caminho. Nós temos hoje mais recursos e mais meios na Polícia Municipal, é verdade que é a história do gato e do rato, é uma história que passa também por as pessoas estarem ainda convencidas que não vão pagar multas, agora as pessoas curiosamente estão a pagá-las, mas, como sabe, houve uma altura que achavam que a multa se encostava lá e que havia de ser resolvida por si, já não é, é um problema de alteração de comportamentos. Eu acho que o comportamento dos automobilistas é uma matéria que se vai resolver por si, e tenho muita confiança nos cidadãos, eu acho que os cidadãos aos poucos vão percebendo que há determinados comportamentos que não são aceitáveis.

No Brasil há uma cidade no Sul, salvo erro foi em Porto Alegre, em que fizeram uma coisa interessante, houve uma IPSS que preocupada com o atropelamento, resolveu arranjar uns autocolantes que colocou nos vidros dos carros que estavam estacionados em cima de passadeiras, chamando potencial assassino ao motorista. Isso funcionou durante três meses e hoje em dia, pelo que me dizem, o assunto resolveu-se. Se calhar nós temos que ser mais imaginativos nesse sentido, chamar a atenção, chamar a atenção de comportamentos que



as pessoas têm que são estranhas. A mim faz-me muita impressão ver pessoas que vão passear de bicicleta com as crianças para a Avenida Montevideu, a criança leva luvas, leva proteções nos joelhos e capacete, parecem uns astronautas a andar na bicicleta e depois pegam nelas, sentam-nas no carro e sobem a Avenida da Boavista a 130km/hora. Há qualquer coisa que não está bem, portanto, a nossa relação com o automóvel tem que ser alterada, mas aí não podemos fazer nada.

Enfim, devo dizer-lhe que sim, que temos um problema, que, acima de tudo, é um problema comportamental. Toda a gente gosta de ter o seu automóvel, tem muito a ver com o português porque, se calhar, durante muitos anos não podíamos ter e agora já podemos”.

O Senhor Deputado Pedro Lourenço (BE) interveio, dizendo: “Senhor Presidente da Câmara, três assuntos. O primeiro é relativamente a dois processos que sei que acompanha, um deles é a republicação da obra do Arquiteto Fernando Távora sobre o Estudo de Renovação Urbana do Barredo, cuja reedição esta Assembleia recomendou. Pergunto se a Câmara vai dar seguimento. O outro processo é sobre a ação contra a Fidelidade por causa dos direitos de preferência. Pergunto se há novidades relativamente a este processo judicial.

O segundo assunto que lhe trago é sobre o Plano Municipal de Apoio às Pessoas em Situação de Sem-Abrigo. A Câmara Municipal tem estado, e bem, a implementar o seu plano de ação, a dinamizar o NPISA – Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo e a rede social, iniciativas que nós saudamos e que nos deixam satisfeitos, contudo, preocupa-nos a falta de concretização do quarto pilar desse plano de ação, o alojamento de longa duração. No verão de 2016, o Vereador da Habitação Manuel Pizarro anunciava publicamente que a Câmara disponibilizaria entre 25 a 35 casas para longa duração. Passados três anos desde este anúncio, nós gostaríamos de saber quantas casas foram disponibilizadas no âmbito deste quarto pilar, sobretudo, sabendo hoje do saldo orçamental de que a Câmara Municipal dispõe, que permitiria, certamente, encontrar uma solução. Aliás, a minha colega Susana Constante Pereira, ainda líder do Grupo Municipal, referiu precisamente hoje que na Finlândia existe um programa chamado Housing First, que sei que o Senhor Vereador conhece,



que, dando prioridade ao alojamento de longa duração, permitiu resolver este problema. O *feedback* que temos das equipas de rua na cidade do Porto é que, também por causa da pressão turística, é cada vez mais difícil encontrar quartos para arrendar em pensões, em estalagens, etc. e, portanto, gostaríamos de saber quantas dessas casas estão disponíveis.

O último assunto está relacionado com o Relatório da Comissão Eventual do projeto Arcada na Arrábida. Este Relatório foi apresentado e discutido nesta Assembleia Municipal no dia 20 de dezembro e uma das recomendações dizia o seguinte: ‘Recomendar à Câmara que, com caráter de urgência, promova entendimento entre a APDL – Administração dos Portos do Douro e Leixões e o Município do Porto, a respeito da delimitação do domínio público hídrico nas margens do Rio Douro’. Discutia-se também a questão da área de jurisdição da APDL, nomeadamente para efeitos da emissão dos pareceres vinculativos nos pareceres urbanísticos. Ora, nós sabemos desde essa altura que o próprio Plano de Ordenamento da orla costeira representa essa mesma linha de jurisdição da APDL, tal como a APDL defende. A mesma coisa com a Agência Portuguesa do Ambiente e o Ministério do Ambiente. Portanto, a minha pergunta aqui seria, se já houver informação sobre isso, se das diligências desenvolvidas pela Câmara Municipal resultou já algum entendimento com a APDL sobre esta matéria, qual foi esse entendimento e como vai constar a linha de jurisdição da APDL na planta de condicionantes do novo PDM? No caso de não haver esse novo entendimento, tal como consta da recomendação da Assembleia Municipal, se a Câmara solicitou a apreciação jurisdicional desta questão, conforme recomendava o relatório.

Por fim, e tendo em conta a sua importância, eu pedia-lhe, se possível, que nos respondesse à questão dos pedidos de informação, se, de facto, tem conhecimento desta situação e se nos pode indicar os motivos pelos quais não temos tido resposta”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira respondeu que: “Começamos então pelos pedidos de informação. Eu acho que o esclarecimento que o Senhor Presidente da Mesa deu deveria ser suficiente, não conheço nada que esteja por responder, que nos tenha chegado através da Presidência,



mas não tenho cá o meu Chefe de Gabinete, está de férias, ele hoje, extraordinariamente, não está cá, mas quando ele voltar eu tratarei de saber o que há. Peço-lhe desculpa, mas hoje não lhe consigo mesmo responder.

Quanto ao livro do Fernando Távora, estará pronto em dezembro. Nós vamos fazer a reedição do livro, temos vindo a trabalhar com o Bernardo, portanto, esse assunto está tratado.

Quanto à Fidelidade, o Juiz suspendeu a audiência, mas nós mantemos a ação, porque os informamos que não havia acordo. As tentativas que nos chegaram não nos pareciam de molde a podermos rever a nossa posição, portanto, nós mantemos a nossa vontade de exercer o direito de preferência, porque entendemos que temos direito a ele. Como sabem isto causa-nos alguns problemas porque temos muitos casos destes, o que nos causa cativação de recursos, mas nós insistimos que o direito de preferência é a coisa mais importante nesta matéria. Recentemente houve várias cidades a olharem para os direitos de preferência e a considerarem que esta é uma modalidade interessante.

As alterações legislativas que foram propostas por esta Assembleia ao Governo, se elas pudessem ser levadas a cabo nesta legislatura seria muito interessante porque simplificaria o processo. É capaz de já não ser possível, já não vai ser possível, mas lembrem-se que os Senhores Deputados aprovaram uma recomendação no sentido de agilizar o direito de preferência, o que reduziria muito este tempo, estas tramitações.

Quanto à questão dos cidadãos sem-abrigo, nós não vamos bem pelo Housing First. Nós estamos a preparar uma candidatura à inovação social, em conjunto com a Santa Casa da Misericórdia do Porto e a SAOM, que é o nosso parceiro escolhido, a IPSS escolhida. Isto apontará para em três anos resolver o problema a 60 pessoas, em termos de habitação permanente. Portanto, estamos neste momento a trabalhar nisto e acreditamos que vamos conseguir chegar a bom porto. Escolhemos a SAOM, acho que é o parceiro mais qualificado, porque precisávamos de ir buscar parceiros da rede.

Quanto à Estratégia Nacional para os Sem-Abrigo, já agora dizer uma coisa, mais uma vez parece um bocadinho a habitação, eu gosto imenso de toda a legislação, mas há um pequeno problema que é o 'graveto'. Fazer leis assim é



bestial, nós também podemos decidir aqui uma coisa para o Governo fazer e não pagar nada, mas já agora se arranjam lá um restinho era bom, porque a estratégia nacional não tem, não fala na origem dos fundos. É evidente que a Câmara Municipal do Porto tem e esta é uma prioridade, mas parece-me que às vezes estas estratégias nacionais precisariam ser dotadas de ‘graveto’, à moda do Porto, assim um bocadinho, não podia ser tudo, qualquer coisa, ela por ela, isto é, dizer que o Município invista X e o Estado põe outro tanto, ajudava. Mas pronto, nós não nos podemos queixar, porque felizmente temos recursos suficientes e esta é de facto, para nós, uma questão absolutamente prioritária, como já era para o Dr. Manuel Pizarro, continua a ser para o Vereador Fernando Paulo e, com certeza que é para este Executivo.

Sobre a APDL, nós apresentamos à APDL, por escrito, e também à Senhora Ministra do Mar, uma proposta de delimitação para que eles fossem considerando essa matéria e temos prevista uma reunião com a Administração da APDL para o dia 11 de julho, com um ponto único da ordem de trabalhos, este assunto, no sentido de procurarmos encontrar aqui finalmente uma solução e perceber se mantemos aquilo que estava nas normas provisórias de 1999. Como sabe não era apenas uma carta da APDL, há as normas provisórias de 1999. Os PDMs têm vindo a adotar isso como base, mas a APDL pelos vistos ainda não o reconheceu.

Já agora, quanto à questão patrimonial propriamente dita, a APDL até agora, e sei porque tive o cuidado de falar há dias com a Administradora Cláudia Soutinho, não consegue encontrar evidência de propriedade da APDL, portanto, estamos a falar de coisas diferentes, havia a questão da propriedade outra questão é a delimitação”.

O Senhor Deputado Alfredo Fontinha (PS) deu conta que: “Dado o adiantado da hora e porque temos pela frente ainda uma segunda convocatória eu vou deixar cair alguns dos assuntos que trazia aqui para apresentar e vou apresentar só dois.

São duas obras, Senhor Presidente, que estão no papel, que já foram assunto e deixaram de o ser. Uma, refiro-me à faixa central da Avenida da Boavista, entre a Fonte da Moura e o Parque da Cidade. Cheguei a ver nos jornais que a



Ribeira de Aldoar ia ser descoberta, o que é verdade é que depois daquela obra de correção do pavimento, nas duas faixas de rodagem, feita pela Câmara e com o abate de algumas árvores, porque as raízes criaram ali muitas lombas, aquilo ficou muito feio, não tem nada a ver com a Avenida da Boavista, nem com a parte anterior, nem com a parte seguinte.

A outra obra, Senhor Presidente, o Senhor apresentou-a aqui com alguma pompa, e também parece que deixou de ser assunto, até foi batizada pelo Senhor Presidente e pelo Presidente da Câmara de Gaia como Ponte de D. António Francisco dos Santos, a que eu carinhosamente chamo a Ponte do Bispo, e até agora nunca mais se falou nesse assunto. Pergunto-lhe, para ser muito rápido, se estas duas obras continuam a ser opção para a Câmara do Porto ou deixaram de o ser?”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira disse que: “Bem sei que a hora vai longa, mas estas são as Assembleias Municipais que eu mais gosto para poder responder às perguntas pertinentes que são colocadas.

Muito rapidamente, sobre a faixa central da Avenida da Boavista, o projeto fazia parte de uma candidatura ao PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos que tinha dois objetivos fundamentais, um era resolver o problema do Parque da Asprela, esse correu bem, e o outro era resolver este problema de descobrir a ribeira e passá-la para a faixa central da Avenida Boavista. Esta era quase uma condição que a APA – Agência Portuguesa do Ambiente punha, não era apenas um interesse, porque considerava que havia problemas de cheia e que esta forma de canalizar a ribeira para o Parque da Cidade iria permitir mitigar os riscos de inundação na Avenida da Boavista.

A verdade é que nós, em face disto, preparamos e encomendamos o projeto. O projeto foi concretizado e foi apresentado e quando estava pronto a APA mudou de ideias, ou enganou-se, disse que, no âmbito do PO SEUR, afinal não. E como não, o que é que nós fizemos? Fizemos um tratamento, como viu, das faixas de rodagem, porque elas causavam riscos e estavam numa situação preocupante. Abatemos as árvores que não estavam em condições, porque havia perigo com algumas daquelas árvores que tinham caído, não sei se se



recordam, no último temporal, tinham caído duas, e aquilo que nós fizemos foi retomar então o projeto anterior. E qual é o projeto anterior? É o projeto do Arquiteto Souto Moura, com quem o Senhor Vereador Pedro Baganha tem vindo a falar, e já que não temos que fazer ao meio a ribeira retomar o projeto que na altura foi feito para a Metro do Porto, que, com certeza, o Senhor Arquiteto Souto Moura não terá problema em entregar à Câmara do Porto, ficando então a possibilidade de fazermos um projeto já existente para não termos que lançar um terceiro projeto. Não quero aqui responsabilizar a APA, enganaram-se, pronto, mas o engano custou umas centenas de milhares de euros à Câmara, como calcula, e me obriga a pedir desculpa, mas, como compreendem, a razão de ser do projeto tinha a ver com uma exigência de caráter ambiental e de cheia e afinal chegaram à conclusão que ali não há risco de cheia. É um pouco estranho, mas pronto.

É a mesma APA que nos está a levar a atrasar as coisas com a Ponte com Gaia. Temos vindo a trabalhar, temos uma comissão conjunta que tem tido inúmeras reuniões. É nossa convicção, de acordo com o estudo do Professor Adão da Fonseca, que existia e que foi aquele que configurou o posicionamento e o formato da Ponte, que tudo aquilo que estava feito fazia sentido, ou seja, que a Ponte devia ter a mesma cota, relativamente ao rio, do tabuleiro inferior da Ponte Luís I. Agora, os técnicos da APA entendem, apesar de aquele vale ser muito largo, que ali a água pode chegar muito mais alto, se calhar o complexo de Arca de Noé. E o que é que eles querem? Querem obrigar a Ponte a subir. Do lado do Porto, não tem um grande problema, como sabem, é apenas altear um pouco, até porque nós, depois, vamos fazer uma ligação à parte superior, agora veja do lado de Gaia. Do lado de Gaia a Ponte nunca mais acaba, porque como é um vale, até ganhar cota...compreende. Nós vamos ter uma reunião com Gaia e se Gaia quiser fazer, a parte de Gaia vai ter que ser ela a fazer, nós pagamos até metade.

Mas é um pouco estranho, esta convicção da APA de que vai haver ali o dilúvio, mas, pronto, é assim que a gente vive. Eu já tentei falar com o Senhor Ministro e ele disse-me que eu não percebo nada disto, que as alterações climáticas são isto, pronto, não sei, não sei porque é que a Ponte ali há de ter um tabuleiro bastante superior à Ponte Luís I, não sei, é melhor cortarmos o tabuleiro



da Ponte Luís I para quando vier o Noé a arca poder passar pelo meio, ou então pomos a Ponte Luís I levadiça.

Mas este é o problema do País, ou seja, eu posso acreditar que possa haver um grande problema, que possam partir as barragens e tudo mais, apesar de tudo nós temos que viver dentro da normalidade e considerar que a normalidade é isso mesmo, infelizmente vivemos num país pobre com vícios de país rico e, portanto, há de se construir uma Ponte, só que do lado de Gaia nós não sabemos como havemos de a encaixar”.

O Senhor Deputado André Noronha (RM) salientou que: “Vou tentar ser telegráfico.

O Senhor Presidente deu todas as explicações sobre todas as matérias que lhe foram colocadas, como é de seu timbre fazer, a mim cumpre-me apenas ressaltar dois ou três aspetos de natureza mais política e não necessariamente Executiva, para o qual não tenho, nem os conhecimentos, nem as capacidades.

E as notas são as seguintes: a primeira relativamente ao alojamento local e relativamente à proposta aqui feita pelo Senhor Deputado do Bloco de Esquerda de que, mesmo sem regulamento, a Câmara devia ter partido para a suspensão imediata. Senhor Deputado, sinceramente, a leitura que fazemos, e eu particularmente faço, não quero vincular mais ninguém a esta interpretação, é de que a suspensão é possível quando as condições em que se baseou, o regulamento, sofrem uma alteração suscetível de pôr em causa a sua eficácia. Isto o que é que significa? Significa, em português, não é preciso ler ‘jurisdiquês’, que o regulamento existe, ou seja, não me parece possível aplicar antes do regulamento, ou, se o for, não é esse o sentido que a norma pretende dar. A ideia com que ficamos é que o Bloco de Esquerda, no seu íntimo, dá-se mal com a verdadeira democracia e dá-se mal com a verdadeira participação cívica. O Executivo encomendou um estudo, com base no estudo lançou uma profunda e participada discussão pública sobre o regulamento a aprovar, e portanto, Senhor Deputado, este é o tempo da democracia. Este é o tempo e é o custo que a democracia tem. Nas ditaduras bolivarianas seria certamente diferente, mas isto é o Porto, isto é Portugal.



Sobre o Bairro do Aleixo, não venho aqui naturalmente fazer a defesa de cada uma das soluções que foram sendo desenhadas ou adaptadas ao longo do tempo, mas os 17 anos em que votei favoravelmente as propostas da Câmara Municipal do Porto a este respeito assumo-as todas e por inteiro e o Movimento Rui Moreira: Porto, O Nosso Partido assume aquelas que o Presidente do Executivo apresentou e assumiu, para solucionar um problema. Existe, e existia há muito, um problema. A verdade é que existia um problema que era preciso solucionar, e sendo hoje pacífico que a recuperação das Torres não era tecnicamente aconselhada, a alternativa que o Bloco de Esquerda e a CDU nos ofereceram teria sido nada fazer ou meras panaceias, pois a demolição era tecnicamente inevitável. Hoje é pacífico que é inevitável. Não fazer nada tinha sido certamente pior do que o que foi feito, disso não tenho dúvida absolutamente nenhuma, e o resultado final, desculpem, para mim, para nós, é positivo.

O congestionamento do tráfego. O aumento do tráfego penso que é inexorável, é básico perceber que o aumento do tráfego assenta num aumento da atividade turística, sim, mas económica no seu geral. O número de viaturas ligadas ou a atividades económicas ou mesmo os *rent-a-car* que estão na cidade do Porto, que hoje é incomensuravelmente maior do que era há 4, 5, ou 7 anos, não tem comparação, portanto, o problema do trânsito numa cidade que não aumenta na mesma proporção que aumentam os carros era inexorável.

A diminuição da velocidade, por imposição do duplo sentido, historicamente, quando foi inserido, foi maioritariamente em zonas residenciais e aí o privilégio foi, é e vai continuar a ser, o da segurança. Há certamente melhorias a fazer, penso que o nosso Executivo tem estado atento a essas melhorias, tem estado atento aos pontos específicos que estão detetados e que têm vindo a ser alvo de intervenção. Há um que é particularmente notado, olhe, por mim é sempre que cá venho, penso que pelos Senhores Deputados quando cá vêm a outras horas que não a das Assembleias será, é, por exemplo, ali o eixo das Carmelitas com a Rua dos Clérigos, é evidente que há ali um problema, este Executivo já fez uma intervenção, não sei se repararam na faixa da direita, que era exclusiva do Bus e deixou de ser, há os três sentidos a descer para todas as viaturas, sendo a faixa da esquerda para os Aliados, a faixa do meio para Sá da



Bandeira e a faixa da direita para Mouzinho da Silveira. É uma intervenção, a intervenção possível no espaço que é possível.

A colocação dos pinos. A colocação dos pinos, que eu não gosto, assumo, não gosto, tem as implicações que tem, mas para mim é positivo, é que o estacionamento proibido é dificultado. Isto é positivo. E sinceramente, Senhor Deputado António Cunha, não me consegue convencer que favorecer o estacionamento abusivo vai ser positivo, isso não vai conseguir.

Finalmente, uma nota só, a respeito da falta de dotação orçamental que o Bloco de Esquerda aqui falou para o programa do apoio aos sem-abrigo. O Senhor Presidente da Câmara disse que faltava o 'graveto' e eu não resisto à tentação de lhe dizer o seguinte: se fôssemos sempre atrás do estilo aventura e de que tudo é fácil, de que tudo é barato e de que tudo pode ser feito, nós tínhamos um país com uma mão à frente e outra atrás e voltávamos ao tempo da banca rota. Isto não foi o Pedro Passos Coelho que disse, não foi o Paulo Portas que disse, isto foi o Dr. Carlos César que disse anteontem. Fiquem com esta".

O Senhor Deputado Rui Sá (CDU) mencionou: "Apenas quatro ou cinco notas telegráficas. A primeira, Senhor Presidente, é que ao fim de seis anos o Senhor já devia ter aprendido a não anunciar obras antes de ter certezas, contar com o dito cujo é sempre algo que corre mal, portanto, eu se fosse ao Senhor Presidente, ao fim destes seis anos, só depois de ter os pareceres todos assinados, o financiamento, etc., avançava com as obras, porque senão, a coisa pode correr mal.

Eu gostava de dizer ao Senhor Presidente que relativamente ao caso Paula, eu não tenho o prazer de alguma vez ter falado com a tal cidadã, li coisas no jornal, mas a verdade é que, bem ou mal, foi a partir do caso dela que foi criado um programa pela Câmara Municipal, e muito bem, no sentido de se poder realojar pessoas nestas circunstâncias. A questão que eu coloquei foi que, passados quatro meses, se mantém a situação e eu acho que não é tempo, e se o Senhor Presidente ainda há bocado manifestava, e bem, preocupação com os animais do canil, dizendo que não é admissível que vivam naquelas condições, eu acho que também não é admissível que uma cidadã, depois de ter cumprido a sua pena, viva nestas condições.



A STCP, pedia ao Senhor Presidente, se fosse possível, dar cópia da carta, da parte que leu e passou a ser pública, manifestando-lhe que temos toda a disponibilidade para analisar formas de reposição da legalidade, em defesa do interesse público, e que contará com a CDU com este princípio pelo qual nos regemos.

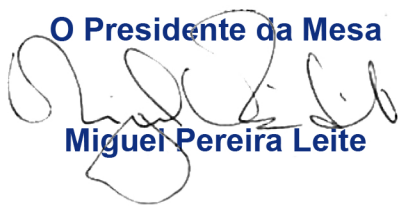
Por último, os problemas da intervenção social, eu dou-lhe um exemplo, o Bairro da Belavista em Setúbal, um bairro que era extremamente problemático e que passou a ser muito menos problemático depois de uma grande intervenção. Os projetos de ação social visam exatamente dar resposta a um dos problemas que o Senhor Presidente colocou, que é criar exemplos virtuosos para que os moradores e, em particular, os mais jovens do bairro, se revejam. Isso implica haver esse trabalho social e a requalificação do espaço, ao mesmo tempo que tem que haver objetivamente policiamento para resolvermos aquela situação e para que o exemplo não seja o traficante de droga, sendo o exemplo os muitos moradores que vivem nos bairros municipais que conseguem ter sucesso nas suas vidas ou moradores de outros locais que também têm sucesso. Não podemos descurar esta situação, Senhor Presidente”.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, Rui Moreira respondeu: “Quanto à Ponte, há vontade, havia um anteprojeto, havia um estudo, aliás, premiado, há dinheiro, há tudo, agora, se as premissas se alteram, como na Avenida da Boavista... Nós estamos a tentar ver com Gaia como é que vamos viver com essas premissas e saber se a verdade de determinado especialista de um determinado serviço é um valor absoluto. Isto tem um pouco a ver com os molhes de Leixões, é a mesma coisa, ou seja, é muito mais seguro para um navio construir um molhe, até podem construir 600 metros, podem construir outro pela avenida fora, mas tem que se perceber os impactos destas coisas, é apenas isto. Acho que não houve nenhuma precipitação, as coisas são como são. Quanto à questão social dos bairros, sim, nós temos os contratos locais de segurança assinados, temos mediadores sociais, alguns dos quais de etnia cigana, temos também o AIA – Avaliação de Impacte Ambiental, como sabe, uma candidatura de 5 milhões de euros. Claro que tudo isso nós temos feito e vamos continuar a fazer, com a rede social e não só, e a investir, nomeadamente



na Bonjória, num conjunto de atividades pertinentes para resolver esse problema. O que digo é que não se espere que o problema seja resolvido apenas assim, o problema, a meu ver, radica em problemas muito mais densos, que têm a ver com perda de expectativas de determinada geração e, portanto, não acredito que só com isso que se consiga resolver. Acompanho-o no facto de nós não podermos deixar de trabalhar socialmente junto dessas populações, aliás, estamos a pensar fazer agora um projeto novo também na área da Cultura em que eu continuo a acreditar que, apesar de tudo, é a grande solução para essas populações. Agora, há outros problemas que nós não conseguiremos resolver, problemas do foro, se quiser, da segurança dos cidadãos. O que está a acontecer hoje em dia com o tráfico de droga na cidade do Porto e noutras cidades é muito preocupante e percebe-se que os meios normais de prevenção desse tipo de criminalidade não estão a funcionar. Essa é uma evidência e não é uma evidência apenas em Portugal, é uma evidência”.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Miguel Pereira Leite submeteu à votação a **Minuta da Ata**, que foi **aprovada, por unanimidade**, declarando encerrada a Sessão, às 23h10.

O Presidente da Mesa

Miguel Pereira Leite

A Primeira Secretária da Mesa

Paula Ribeiro de Faria